

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

EURÍPEDES BASTOS SIQUEIRA

**CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS NO
ESTADO DE GOIÁS – 2002 A 2006**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas, orientado pelo Prof^o Dr. Carlos Leão

GOIÂNIA

2010

EURÍPEDES BASTOS SIQUEIRA

**CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS NO
ESTADO DE GOIÁS – 2002 A 2006**

GOIÂNIA

2010

**CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA DOS DOMICÍLIOS NO
ESTADO DE GOIÁS – 2002 A 2006**

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em 10 de novembro de 2010 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

PROF^o DR. CARLOS LEÃO – PUC GOIÁS
PRESIDENTE DA BANCA

PROF^o. DR. LUIS ANTÔNIO ESTEVAM – PUC GOIÁS

PROF^o. DR. TULE CÉSAR BARCELOS MAIA – PUC GOIÁS

Aos meus pais “in memória” Jonas Aires de Siqueira e Luciana Bastos de Siqueira, que me ensinaram a trilhar desde cedo pelo caminho do bem, buscando o conhecimento como instrumento de mudanças e conquistas.

AGRADEÇO a Deus, fonte infinita de amor, justiça e sabedoria;

Ao professor Dr. Carlos Leão, orientador, amigo, pela confiança e apoio;

A Pontifícia Universidade Católica, em especial o Departamento de Ciências Econômicas;

Aos queridos professores do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, eternos mestres, que com amor abdicaram do seu valioso tempo para nos ensinar, com muito amor e gratidão;

Aos professores Ms. Paulo Antônio Lima e José Ricardo Leal Lousano, pelo apoio e confiança, durante essa jornada, onde sempre acreditaram em meu potencial.

A secretaria do MDPT Alessandra da Silva Malta.

LISTA DE SIGLAS

BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	- Cadastro Geral de Empregados e Demitidos
CF	- Constituição Federal
COHAB	- Companhia de Habitação
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAT	- Fundo de Amparo ao trabalhador
FPE	- Fundo de Participação do Estados
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	- Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias, Transporte de.
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-R	- Índice de Desenvolvimento Humano relacionado à Renda
IMETRO	- Instituto de Metrologia
IPPUR	- Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano Regional
ISS	- Imposto Sobre Serviços
ONU	- Organizações das Nações Unidas
PEA	- População Economicamente Ativa
PIB	- Produto Interno Bruto
PNAD	- Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar
PNDU	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	- Paridade do Poder de Compra
PROCON	- Programa Estadual de Orientação e Proteção do consumidor
PROGER	- Programa de Geração de Emprego e Renda
RAIS	- Relação Anual de Informações Sociais
RMG	- Região Metropolitana de Goiânia
SANEAGO	- Empresa de Saneamento de Goiás
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SCT	- Serviços de Comunicação e de Transporte
TCU	- Tribunal de Conta da União
TELERJ	- Telecomunicação do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Renda Média Familiar Por Classe (em reais)	16
Quadro 02: Cidade do Estado de Goiás com mais de 100.000 habitantes	28
Quadro 03: ESTADO DE GOIÁS: População residente urbana e rural, densidade	29
Quadro 04: Mercado de Trabalho	32
Quadro 05: Criação de empregos celetistas	33
Quadro 06: Número de Estabelecimentos e Empregos: 1990 – 2004	34
Quadro 07: Brasil: Distribuição do PIB entre as Macrorregiões	38
Quadro 08: Brasil: distribuição do valor da transformação industrial e do emprego, segundo grandes regiões nos anos de: 1970 – 1985 e 1990.	39
Quadro 09: Participação dos estados no Fundo de Participação dos Estados	42
Quadro 10: 04 I D H Renda	43
Quadro 11: Faixa do rendimento domiciliar per capita	45
Quadro 12: Tipo de Domicílio	46
Quadro 13: Material predominante das paredes externas	47
Quadro 14: Material Predominante da Cobertura (telhado)	48
Quadro 15: Número de cômodos	49
Quadro 16: Total de Moradores	50
Quadro 17: Condição de ocupação do domicílio	51
Quadro 18: Propriedade do Terreno	52
Quadro 19: Água canalizada em pelo menos um cômodo	52
Quadro 20: Existe Banheiro ou Sanitário no Domicílio ou na Propriedade	54
Quadro 21: Destino do lixo domiciliar	55
Quadro 22: Forma de Iluminação do Domicílio	56
Quadro 23: Telefone Fixo	57
Quadro 24: Telefone Móvel Celular	58
Quadro 25: Fogão de 2 ou mais bocas	59
Quadro 26: Algum Tipo de Filtro de Água	59
Quadro 27: Rádio	60
Quadro 28: Televisão em Cores	60
Quadro 29: Geladeira	61
Quadro 30: Freezer	62
Quadro 31: Máquina de Lavar Roupa	62
Quadro 32: Microcomputador	62
Quadro 33: Microcomputador é Utilizado Para Acessar a Internet	64
Quadro 34: Composição da Estrutura Domiciliar de Goiás em 2002 E 2006	64

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: População do Estado de Goiás com mais de 100.000 habitantes	28
Figura 02: Criação de Empregos	33
Figura 03: Número de Estabelecimentos e Empregos	34
Figura 04: Distribuição de Renda - 50% mais pobres e 1% mais ricos em relação ao total da renda – 2004.	44
Figura 05: Tipo de Domicílio	46
Figura 06: Material Predominante das paredes Externas	47
Figura 07: Material Predominante da Cobertura (telhado)	48
Figura 08: Total de Moradores	50
Figura 09: Propriedade do Terreno	52
Figura 10: Água canalizada em pelo menos um cômodo	53
Figura 11: Existe Banheiro ou Sanitário no Domicílio ou na Propriedade	
Figura 12: Forma de Iluminação do Domicílio	56
Figura 13: Possui Telefone Fixo	57
Figura 14: Telefone Móvel Celular	58
Figura 15: Possui Fogão de 2 ou mais Bocas	59

RESUMO

Neste estudo, analisou-se a estrutura domiciliar do Estado de Goiás-2002 a 2006, com o objetivo de conhecer e identificar os fatores que a compõem. A metodologia utilizada foi a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar-PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a qual possui um amplo banco de dados, o trabalho foi desenvolvido a partir de referencial teórico específico e de normas. Assim foi possível conhecer a estrutura domiciliar do Estado de Goiás, identificar seus fatores que o nível regional, contribuíram de forma decisiva para a nova configuração regional e sua geografia econômica. As alterações apresentadas pressupõem o desenvolvimento econômico do Estado de Goiás nas últimas décadas. Este estudo objetiva identificar a estrutura domiciliar do Estado de Goiás, tendo como objetivos específicos: conhecer a composição da estrutura domiciliar do Estado de Goiás durante o período de 2002 a 2006; e conhecer a composição de aparelhos eletroeletrônicos (TV em cores, computadores inclusive máquinas de lavar roupa, freezer, etc). Com base nos resultados conclui-se que a nova configuração domiciliar do Estado de Goiás apresentou aumento no rendimento domiciliar que, em 2002 era de meio até um salário mínimo, para mais de um até dois salários mínimos; outro item importante refere-se ao número de moradores por domicílio que, passou de dois para cinco respectivamente. Além de apresentar variações importantes em diversos itens, tais como: água canalizada; telefone móvel celular; aumento do número de televisores em cores dentre outros itens. Conclui-se que a estrutura domiciliar do Estado de Goiás apresentou melhora significativa, no período analisado.

Palavras-chave: Estrutura domiciliar, renda e desenvolvimento.

ABSTRACT

In this study, it was analyzed the domiciliary structure of the State of Goiás-2002 to 2006, with the objective to know and to identify the factors that compose it. The methodology used was the Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar-PNAD, of the Brazilian Institute of Geography and Statistics, which possesses a wide data base, the work was developed from specific theoretical referential and of norms. Thus it was possible to know the domiciliary structure of the State of Goiás, to identify its factors that the regional level, contributed decisively to the new regional configuration and its economic geography. The presented alterations in the last few decades estimate the economic development of the State of Goiás. This study has the objective to identify the domiciliary structure of the State of Goiás, having the specific objective: to know the composition of the domiciliary structure of the State of Goiás during the period of 2002 to 2006; and to know the composition of electric and electronic devices (color tv, computer and also wash machines clothes, freezers, etc). basing on the results it is concluded that the new domiciliary configuration of the State of Goiás presented increase in the domiciliary income that, in 2002 was from half up to one minimum salary , to more than one up to two minimum salaries; another important item mentions the number of inhabitants per domicile that, went respectively from two to five. Besides presenting diverse important variations in items, such as: canalized water; phone mobile phone; increase of the number of color tv sets amongst other items. It is concluded that the domiciliary structure of the State of Goiás has presented significant improvement, in the analyzed period. Key- Words: Domiciliary structure, income, social politics and development.

Word-key: Structure homeincome, and development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
O Problema e sua Importância	13
Objetivos.....	14
Objetivo Geral.....	14
Objetivos Específicos	14
METODOLOGIA	15
Considerações Gerais	15
Modelo Teórico	19
Hipótese.....	19
1 ECONOMIA BRASILEIRA.....	20
1.1 Desenvolvimento da Economia Brasileira a Partir de 1930	20
1.2 Matriz do Desenvolvimento Tecnológico	21
2 SOCIEDADE E MERCADO DE TRABALHO	26
2.1 Sociedade.....	26
2.2 População Urbana e Rural.....	28
2.3 Mercado de Trabalho.....	30
3 GEOGRAFIA ECONÔMICA REGIONAL.....	36
3.1 Distribuição de Renda.....	38
3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	42
3.2.1 Políticas Sociais.....	44
3.3 Análise da estrutura domiciliar do estado de Goiás.....	46
CONSIDERAÇÕES GERAIS	66
BIBLIOGRAFIA	68

INTRODUÇÃO

A extensão territorial do Estado de Goiás em 2005 é de 340.086,698 km², divididos em 18 microrregiões, 246 municípios, sendo que destes, 11 compõe a Região Metropolitana de Goiânia. Segundo dados do IBGE em 2005 o Estado de Goiás tinha uma população residente urbana e rural de 5.628.592, representando 4.927.120 e 701.472 respectivamente, ou seja, a taxa de urbanização aqui apresentada é de 87,54%, com densidade demográfica representando 16,55 (hab./km²). É importante ressaltar que essa mesma taxa de urbanização no ano de 1980 era de 67,55% e sua densidade urbana era de 9,14 (hab./km²), segundo dados do IBGE.

No início do século XX o Estado de Goiás era pouco povoado quase integralmente rural, com uma economia de subsistência em decorrência do fim do ciclo do ouro. Hoje ocupando uma posição de destaque no cenário nacional. Goiás está entre os oitos estados, com IDH em 2005 de 0,712, conforme dados do IBGE (2005) mais importantes, considerada como a cidade que possui uma das melhores condições de vida.

Para entender a estrutura dos domicílios no Estado de Goiás, faz-se necessário compreender parte de sua história, que está ligada diretamente ao setor agrícola.

A partir das décadas de sessenta e setenta, com o desenvolvimento econômico o uso da tecnologia na atividade agrícola contribuiu diretamente para o êxodo rural, tendo como consequência direta o crescimento da população nos centros urbanos. Isto se justifica uma vez que a atividade agrícola apresenta características particulares, em função do seu grau de risco e incerteza em decorrência de variações climáticas, pragas e doenças, além da política governamental e preços.

Este trabalho caracteriza a estrutura domiciliar no Estado de as mudanças da estrutura domiciliar no período de 2002 a 2006, descrevendo os seguintes itens; tipo de domicílio, material predominate nas paredes externas, material predominante na cobertura (telhado), número de cômodos, total de moradores, condição de ocupação do domicílio, propriedade do terreno, água canalizada em um dos cômodos, banheiro ou sanitário no domicílio, destino do lixo domiciliar, forma de iluminação, telefone fixo, móvel, fogão, filtro de água, televisão em cores, geladeira, freezer, máquina de lavar roupa, microcomputador, rádio e rendimento domiciliar.

E apresentará a análise do novo critério Brasil de classificação Econômica do Brasil, utilizado a partir do ano de 2008, e apresentar a análise desenvolvida em outros países, tais como: Portugal, Índia, Alemanha, Argentina, México, Chile, Colômbia e Venezuela.

Para o desenvolvimento dessa dissertação foi utilizado dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD, compreendidos no período de 2002 a 2006, sendo estes os últimos dados que estavam disponíveis até o momento do início da pesquisa.

O Problema e sua Importância

As alterações na estrutura domiciliar tem ocorrido como consequência das fortes mudanças que afetaram a agricultura no Brasil, o desenvolvimento tecnológico, através do uso de novas tecnologias, substituindo o homem pela máquina, que através do aumento da produtividade e redução de custos, inverteu a ocupação do homem do campo para a cidade, êxodo rural. Segundo Palacin (1994) no início do século vinte a maior concentração de mão de obra encontrava-se no campo. Assim, estabeleceu a necessidade de conhecimento dos meios de sobrevivência, através da caracterização domiciliar, entre os quais, a moradia é um componente importante nesse contexto. Atualmente, a estrutura das famílias está passando por transformações em suas bases, em decorrência do modelo de desenvolvimento das grandes cidades, criando novas necessidades, e impondo novos limites, em função das exigências do mercado de trabalho, o que está transformando economias e sociedades dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Com a privatização de empresas por parte do Estado, com a abertura econômica e financeira, as empresas instaladas em território nacional estão buscando diversos arranjos organizacionais através da criação de novas formas de cooperação entre firmas, com o objetivo de aumentar sua competitividade na cadeia produtiva a que pertencem.

Goiás é um Estado emergente nestas transformações, tem apresentado um crescimento vertiginoso nas últimas décadas. Já no início do século a capital do Estado, Vila Boa, apresentava uma população inferior a dez mil habitantes, pouco mais de um século a capital do estado Goiânia possui uma população superior a um milhão de habitantes. O Estado de Goiás é composto por 246 municípios que, de

acordo com a divisão político-administrativa e regional, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estão distribuídos em dezoito microrregiões e cinco mesorregiões, impulsionado o estado a um forte desenvolvimento, esse crescimento se deu também à política adotada pelas Secretarias da Indústria e Comércio e Secretaria de Planejamento do Estado.

Diante desse contexto, evidencia-se a pergunta que irá nortear a presente pesquisa. O aumento da população urbana e a distribuição de renda contribuíram para a melhoria da estrutura dos domicílios no Estado de Goiás?

Objetivos

Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é caracterizar a estrutura domiciliar do Estado de Goiás, no período de 2002 a 2006.

Objetivos Específicos

- a) Apresentar a variação percentual dos itens que compõe a estrutura domiciliar do Estado de Goiás: renda familiar, televisão em cores, rádio, banheiro, máquina de lavar, geladeira e freezer; no período de 2002 a 2006.

METODOLOGIA

Considerações Gerais

Entende-se por **Caracterização Domiciliar**: descrição da composição física dos domicílios, sua composição, constituição, determinar e descrever sua forma.

O Estado tem uma participação direta no que tange ao desenvolvimento econômico dos centros urbanos, refletindo diretamente na estrutura dos domicílios .

Para Castells (2000, pág. 401),

O Estado, como instituição, desempenha um grande papel no desenvolvimento econômico, principalmente quando não interfere nas atividades que a iniciativa privada pode realizar com mais eficiência. Isso se justifica, em primeiro lugar, porque o setor privado, buscando o lucro, tende a ser mais eficiente e suscetível de economizar os fatores escassos, de custo mais elevado, beneficiando o conjunto da economia.

Como se observa na citação acima, o governo tem um papel importante no desenvolvimento econômico, contribuindo de forma direta na melhoria da qualidade de vida das pessoas em parceria com os setores privados, que por sua vez, tende a ser mais eficiente e suscetível por economizar os fatores escassos, contribuindo para o desenvolvimento de uma política à moradia, nível de emprego, saúde, escolaridade e também de renda.

O Critério Brasil é validado e utilizado como referência desde 1997. A classificação aqui apresentada tem como base os resultados apurados no ano de 2006. É feita utilizando a posse de bens e na renda familiar. A padronização do sistema em todo o território brasileiro é que permite ao mercado, comparar resultados de pesquisas realizadas em locais diferentes, por empresas diferentes e em períodos diferentes . Sendo o Brasil um país com vasta dimensão territorial, é difícil garantir uma perfeita uniformidade geográfica, mas deve estar atento a isto e fazer o possível para evitar itens em que haja grande disparidade entre regiões por motivos alheios à capacidade de consumo. Por exemplo, ar condicionado é usado mais em função do clima do que da capacidade de consumo.

Foram utilizados os dados do levantamento sócio econômico edição 2005, da do IBOPE Mídia, distribuídos por nove regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

As classes definidas são A1, A2, B1, B2, C, D e E, como se vê no quadro a seguir:

Quadro 01: Renda Média Familiar Por Classe (em reais)

Classe	Renda Familiar Média
Classe A1	9.733,47
Classe A2	6.563,73
Classe B1	3.479,36
Classe B2	2.012,67
Classe C1	1.194,53
Classe C2	726,26
Classe D Classe E	484,97
	276,70

Fonte: Ibope Mídia -2005

Esse critério foi construído para definir grandes classes que atendam às necessidades de segmentação (por poder aquisitivo) da grande maioria das empresas. Não pode, entretanto, como qualquer outro critério, satisfazer todos os usuários em todas as circunstâncias. O Critério Brasil está relacionado com o poder de compra dos indivíduos e famílias urbanas do país. É definido a partir do Levantamento Socioeconômico- LSE do IBOPE, visando à classificação da população em classes econômicas.

O entrevistado dessa pesquisa tem que responder a questões sobre patrimônio, bens duráveis e não-duráveis que possui em seu domicílio, grau de instrução do chefe de família, e demais questões que servirão para inseri-lo numa determinada classe.

O levantamento mapeia características sociais, demográficas e econômicas das famílias nas nove principais regiões metropolitanas do Brasil, o Levantamento Sócio Econômico - LSE verifica as características físicas de cada domicílio, os dados demográficos de cada morador e a posse.

O Critério de Classificação Econômica Brasil, enfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de “classes sociais”.

A Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa-ABEP, apresenta os critérios de classificação por diversos países, como se observa a seguir:

Inglaterra, Índia e Portugal utilizam como critério os itens:

- Profissão / Working status;
- Grau de instrução do chefe da família.

Enquanto a Alemanha e Japão utilizam os seguintes critérios:

- Idade;
- Cargo ocupado pelo chefe da família;
- Cargo ocupado pelos demais membros da família.

Argentina utiliza:

- Grau de instrução do chefe da família;
- Cargo ocupado;
- Posse de 10 itens;
- Posse de automóveis.

O México considera:

- Grau de instrução do chefe da família;
- Características da residência:
 - ✓ Aparência externa;
 - ✓ Número de cômodos;
 - ✓ Número de tomadas.
- Presença de empregadas domésticas;
- Posse de duráveis e
- Existência de aquecimento de água.

O Chile em seus estudos utiliza os seguintes critérios:

- Renda familiar;
- Tempo de estudo;
- Localização e tipo de residência;
- Tipo de móveis e decoração;
- Posse de eletrodomésticos;
- Posse de automóveis;

- Presença de empregados domésticos e
- Condições e qualidade da construção.

A Colômbia considera os seguintes fatores:

- Nível de moradia;
- Localização da residência e
- Existência de serviços públicos.

A Venezuela utiliza como critério os itens:

- Tamanho da residência;
- Número de cômodos;
- Localização.

Com base no novo Critério Padrão de Classificação Econômica do Brasil, utilizado a partir do ano de 2008, tendo como base os dados de 2006, são considerados os seguintes itens:

- Televisão em cores;
- Rádio;
- Banheiro;
- Automóvel;
- Empregada mensalista;
- Aspirador de Pó;
- Máquina de lavar;
- Videocassete e/ou DVD;
- Geladeira;
- Freezer e
- Renda familiar.

Os aspectos mencionados servem de referência para análise da estrutura domiciliar e sua importância na determinação da qualidade de vida da população favorecendo a análise da estrutura domiciliar no Estado de Goiás.

A formação de grupos de interesse junto à burocracia estatal, explica-se pela existência de renda econômica, formada a partir do fornecimento de um bem pelo setor público. Os efeitos vão se refletir no desenvolvimento do setor de mercado

interno das diferentes regiões e na melhoria da distribuição de renda para o conjunto da população.

Modelo Teórico

Propõe analisar a distribuição de renda, bem como conhecer os principais fatores que compõem a estrutura domiciliar no Estado de Goiás, que podem predizer, no todo ou parcialmente, as diversas formas assumidas pelas variáveis, renda, móveis e utensílios, etc.

A primeira etapa do trabalho constituiu-se de uma revisão bibliográfica, buscando obter primeiramente uma visão global sobre o espaço territorial que abrange a referida pesquisa, desde as cidades antigas até as três primeiras décadas do século XX, conhecendo assim o desenvolvimento da economia brasileira, passando pelo desenvolvimento tecnológico que impulsionou o crescimento e desenvolvimento das cidades no território nacional, em especial no Estado de Goiás.

Esta dissertação, conforme apresentada na seqüência, está estruturada em três capítulos:

O primeiro capítulo apresenta a estrutura do trabalho, contextualiza o tema em estudo, no qual são destacadas as particularidades do trabalho, por meio da definição objetiva do problema, hipóteses e apresentação dos objetivos, os aspectos metodológicos adotados e as delimitações básicas da pesquisa.

No segundo capítulo são delineados os aspectos conceituais identificando as características das cidades antigas, bem como uma visão panorâmica das três primeiras décadas do século XX sobre o Estado de Goiás.

O terceiro capítulo aborda a apresentação e análise dos resultados da estrutura domiciliar do Estado de Goiás.

No quarto capítulo apresenta as conclusões, considerações finais e sugestões para futuros trabalhos, seguidas das referências bibliográficas utilizadas nesse estudo e anexos.

Hipótese

O crescimento da população urbana bem como a distribuição de renda contribuíram positivamente para a melhoria da estrutura dos domicílios no Estado de Goiás.

1 ECONOMIA BRASILEIRA

1.1 Desenvolvimento da Economia Brasileira a Partir de 1930

O continente sul americano foi explorado pela Europa. Com o Brasil não foi diferente, mesmo depois da proclamação da República, onde as dificuldades eram diversas, por falta de planejamento e recursos.

Para Santos, (2005, pg. 19),

O Brasil como um todo é país agrário, um país essencialmente agrícola, o recôncavo da Bahia e a Zona da Mata do Nordeste ensaiaram, antes do restante do território, um processo então notável de urbanização e de Salvador, pode-se mesmo dizer que comandou a primeira rede urbana das Américas, formada, junto com a capital baiana, por Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré, centros de culturas comerciais promissoras no estuário do rio o Recôncavo.

Segundo Estevam (1984), o padrão de relação institucionalizado no território brasileiro pelas elites dominantes, o clientelismo e o universalismo de procedimentos, é o que melhor lhes vir. O primeiro se baseia no desenvolvimento de relações de subordinação, assimétricas, que vão do compadrio a proteção e à lealdade política, sendo uma combinação peculiar de desigualdade e assimetria de poder solidariamente mutua.

Já o universalismo corresponde a afirmação de um regime burocrático racional-legal e democrático, um processo de modernização e de complexificação da sociedade moderna, em que a dinâmica da estratificação da estrutura de classes deixa espaço para a existência de uma multiplicidade de grupos de interesses, chega ao ponto que para a abertura de uma empresa em território nacional, podendo chegar até 150 dias.

Ainda segundo Santos, (2005, pg. 29),

o Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. havia sem dúvida para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes”.

Para melhor compreender o crescimento e desenvolvimento do Brasil, faz-se necessário conhecer sobre o desenvolvimento tecnológico no campo.

1.2 Matriz do Desenvolvimento Tecnológico

O desenvolvimento tecnológico que integra o objeto desse trabalho, passa pelo desenvolvimento do campo. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o produto Interno Bruto do Brasil em 2004 representou R\$ 1.775 bilhões, deste montante, R\$ 534 bilhões teve como participação o agronegócio, sendo 29% (vinte e nove por cento), da pecuária e 71% (setenta e um por cento), da agricultura. Esses dados retratam bem a importância da pecuária e agricultura, respectivamente, como força motriz do desenvolvimento brasileiro e, especialmente, regional-local.

O grande desenvolvimento regional se deu, sem dúvida devido à agricultura e à pecuária. Nas últimas décadas a modernização da atividade agrícola, como forma de obter o necessário aumento de sua produção. A agricultura desempenha um papel estratégico no processo de desenvolvimento econômico, experimentou ganhos significativos de produtividade, os quais foram mais expressivo nas regiões Sul e Sudeste, onde o processo de modernização da agricultura foi iniciado mais cedo e com maior intensidade.

Na década de sessenta (60), o setor agrícola deveria deixar o papel passivo, que até então lhe caracterizava, para desempenhar função mais estratégica no processo de desenvolvimento do País e com a decadência da agricultura tradicional, início do século.

Essa decadência da agricultura tradicional se deu em função do desenvolvimento tecnológico, pós-guerra, e a percepção da interdependência existente entre agricultura e o crescimento industrial no final dos anos cinquenta (50) e início da década de sessenta (60). A adoção de políticas de desenvolvimento, que ficaram consubstanciadas no processo de modernização do setor agrícola brasileiro, como a política de crédito rural subsidiado, com a intensificação do processo de modernização e de aumento da produção ocorrida nesse período.

Pelo menos até meados da década de 70, esses instrumentos de política agrícola foram mantidos e constituíram importantes medidas de incentivo à agricultura brasileira.

A crise fiscal do Estado no decorrer da década de oitenta (80), com acentuado processo inflacionário e a interrupção do fluxo de poupanças externas tornaram evidente a impossibilidade de manutenção do modelo de desenvolvimento adotado para a economia brasileira, em especial, para o setor agrícola.

A modernização da agricultura brasileira, iniciado a partir da segunda metade da década de sessenta, possibilitou, efetivamente, melhorar os níveis de produtividade da agricultura brasileira.

Com aumento da produtividade, por sua vez, resultou em ganhos significativos e com a redução da mão de obra no campo, surgindo assim o êxodo rural, isto é, a transferência do homem do campo para os centros urbanos.

A interiorização gera emprego e renda e, a grande maioria das pequenas cidades brasileiras têm sua economia alicerçada no agronegócio, não sendo diferente no Estado de Goiás, onde a agricultura e a pecuária têm um papel fundamental no seu desenvolvimento. Vale lembrar que em parte significativa das cidades do Estado como: Rio Verde, Jataí, Itumbiara, Goiatuba, Santa Helena entre outras, o agronegócio está presente de forma marcante, atraindo investimento de grandes empresas como é o caso da empresa Perdigão na cidade de Rio Verde.

As características do agronegócio brasileiro estão delineadas em um sistema único, da agricultura em função da diversidade de plantações que oferecem grandes opções de variedade, contexto onde a extensão territorial e o estado de Goiás estão inseridos. O uso da tecnologia na agricultura e pecuária tem trazido a cada dia aumento da produtividade e contribuído de forma direta e incisiva com o desenvolvimento regional. Através de equipamentos modernos, de última geração, esse aparato tem revolucionado o manejo nesse setor, diminuindo assim a diferença tecnológica e de produtividade do Brasil com os países do primeiro mundo.

O Estado de Goiás tem, nos últimos anos apresentado um crescimento significativo nesse campo, através de um sistema novo, composto por cadeias produtivas mais completas, interligando a indústria de insumos, tratores, fertilizantes, defensivos, atraindo investimentos de grandes grupos para o Estado.

Com um sistema diversificado, uma economia agrícola aberta e com forte inserção internacional, tem criado condições de expansão, tanto na pecuária como na agricultura. Apesar das dificuldades do agronegócio brasileiro, como seca no nordeste, enchentes na região sul, escassez de recursos, falta de infra-estrutura e logística necessária, limitação quanto ao uso de tecnologias por parte do produtor, número restrito de cadeias produtivas, além de enfrentar ainda o subsídios dos países desenvolvidos, tem em algumas regiões, como chapadão do céu, tem contribuído positivamente para a melhoria da qualidade de vida do cidadão goiano, melhorando suas condições de vida e elevando seu bem estar social, através de uma estrutura domiciliar mais digna ao cidadão.

O desenvolvimento industrial do Estado brasileiro tem apresentado aspectos diferentes, peculiares a cada região, o que também se confirma no Estado de Goiás, que com suas peculiaridades intrínsecas tem apresentado condições determinantes para o seu desenvolvimento. O marco para o desenvolvimento de Goiás se deu a partir dos anos trinta com a construção de Goiânia.

Segundo Palacin (1994 pg. 101),

A revolução de 30, embora sem raízes próprias em Goiás, teve uma significação profunda para o estado. É o marco de uma nova etapa histórica. Esta transformação não se operou imediatamente no campo social, mas no campo político. O governo passou a propor como objetivo primordial, o desenvolvimento do estado. A construção de Goiânia, pelas energias que mobilizou, pela abertura de vias de comunicação que a acompanharam e pela divulgação do estado no país, foi o ponto de partida desta nova história.

A revolução dos anos trinta não teve a participação direta do estado goiano, feita por grupos heterogêneo da classe dominante, teve como principal representante goiano Pedro Ludovico Teixeira, que mantinha contatos com os centros revolucionários de Minas Gerais, chegando inclusive a reunir um grupo de 120 voluntários no triângulo mineiro. Sendo, no entanto, dispersados próximo a Rio Verde, sendo em seguida preso, mas em breve recebia a notícia da vitória dos revolucionários.

Segundo Estevam (2004, pg. 100),

No âmbito político nacional as condições eram favoráveis. No discurso de Getúlio Vargas tornava-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura. A implantação de uma nova cidade no planalto traduzia o desejo do presidente e alimentava a expansão capitalista em seu processo de incorporação de novas frações do território nacional, representando ainda um símbolo do Estado Novo e constituindo marco significativo na política de interiorização.

Em 24 de outubro de 1933, se deu o lançamento da pedra fundamental, data em homenagem a revolução; em sete de novembro de 1935, realizou-se a mudança provisória; e a mudança definitiva foi em 1937, quando os principais edifícios públicos já haviam sido concluídos. Cinco anos depois foi realizado o batismo cultural de Goiânia, nesta data a cidade já contava com mais de 15.000 habitantes o dobro da cidade de Goiás em seus mais de duzentos anos de existência.

Esse novo marco na história e no desenvolvimento do Estado de Goiás, não se resumia somente em aspectos positivos, o Estado possuía uma series de dificuldades, relatadas assim por Palacín (1994, pg. 108),

O desenvolvimento do Estado estava longe de ser satisfatório. Para tomar um único índice: o censo de 1940 constatou que, entre 563.262 pessoas de mais de 10 anos, só 148.937 sabiam ler e escrever, 32% dos homens e 20% das mulheres, um homem entre três e uma mulher entre cinco. As comunicações, a saúde, a instrução, a carência, a descapitalização da economia, a estrutura da propriedade, entre outros, eram problemas ainda intactos, trabalho para várias gerações.

A construção da nova capital foi um marco para o desenvolvimento do Estado que, até então, era considerado um dos mais pobres do Brasil. Um projeto arrojado que contou com o apoio do governo federal, sendo um dos ícones da revolução de 30, um símbolo de desenvolvimento e uma aposta em longo prazo. Mas tornando-se de imediato amplas possibilidades de negócios, forte especulação imobiliária e um pólo atrativo da marcha para o oeste, por meio da geração de empregos e, principalmente, da construção civil, onde comportava investimentos públicos com efeitos multiplicadores e elementos potenciais para o desenvolvimento regional; atraindo grandes investidores que, incentivados pelo governo federal, apostavam no crescimento da nova capital, favorecendo o fluxo do capital especulativo do sistema financeiro capitalista.

A partir da década de 40, o crescimento de Goiás se deu em ritmo acelerado, com a “marcha para o Oeste”, e o desbravamento do Mato Grosso Goiano, que veio de encontro com o projeto da construção de Brasília nos anos cinqüenta. Esses fatores imprimiram um ritmo acelerado no crescimento e desenvolvimento de Goiás, bem como, ao crescimento da população em função do ritmo acelerado; sendo superior à média nacional a integração da via de comunicação do Estado com país e dentro do próprio Estado. Contribuiu de forma efetiva para a explosão urbana uma vez que o projeto da construção da nova capital se tornou conhecido em todo território nacional, atraindo mão de obra de diversos estados, especialmente de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Registrou-se, então, o crescimento de todo tipo de serviços, especialmente na educação. Apesar de todas essas transformações ocorridas no Estado, elas não foram suficientes para alavancar o aumento na produtividade, uma vez que as condições vividas no passado recente eram extremamente desfavoráveis. Tudo isso mostra que o Estado continuaria com uma economia primária, com uma exploração extensiva e de baixa produtividade.

Elemento importante para a evolução da expansão capitalista, em relação à estrutura agrária, o grau de ocupação, reflete a interiorização dessas, sintetizando interesses conflitivos de diferentes segmentos da sociedade; sendo uma das marcas da reorganização espacial do período, que foi reservado ao Centro-Oeste, que com a acelerada incorporação das terras do cerrado até então caracterizadas pelo alto grau de ociosidade e baixa produtividade das terras ocupadas, caracterizando assim como elemento de consolidação da expansão capitalista no campo em Goiás.

Em 1970 a população de Goiás já se aproximava dos três milhões de habitantes 2.988.414 habitantes, segundo dados do IBGE. Estes dados revelam que a população do Estado se multiplicou por seis nos últimos cinqüenta anos. É um crescimento populacional muito acima da média nacional, embora esse se processe em ritmo acelerado nesse período.

É com base nesse aumento populacional vertiginoso, que se propõe esse trabalho de estudar e conhecer a estrutura domiciliar no estado de Goiás.

2 SOCIEDADE E MERCADO DE TRABALHO

2.1 Sociedade

A palavra sociedade vem do latim **societas**, derivado de **socius**, que significa companheiro, assim um dos significados de sociedade é: um conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes, e que interagem entre si, vive em conjunto, constituindo uma comunidade, tendo algum tipo de organização e divisão de tarefas. Está intimamente relacionado aquilo que é social, seus membros compartilham interesse ou preocupação mútuas sobre um objetivo comum.

A evolução sociocultural varia quanto à descrição dos mecanismos específicos de variação e mudança social, esta linha é continuada em certo grau pelas abordagens mais recentes do século XXI que, se concentram sobre mudanças específicas em sociedade individuais modernas para a evolução sociocultural e econômica.

Para melhor compreender o desenvolvimento da economia do Estado de Goiás, faz se necessário conhecer a economia goiana que se baseia na produção agrícola e na pecuária, no comércio e nas indústrias de mineração, alimentícia, de confecções, mobiliária, metalúrgica e madeireira, etc.

O setor primário é composto pela pecuária, agricultura e extrativismo; a agropecuária é a atividade mais explorada no estado e umas das principais responsáveis pelo rápido processo de agro - industrialização que Goiás tem experimentado. O Estado goiano possui uma vasta extensão territorial, com terras férteis, água abundante, clima favorável e um amplo domínio na tecnologia na produção, é um dos grandes exportadores de grãos, onde se destaca na produção de arroz, café, algodão, feijão, milho, soja, sorgo, trigo, cana de açúcar, alho, tomate, milho, algodão em pluma entre outros. Além de possuir um dos maiores rebanhos do país. É rico em reservas minerais, o subsolo goiano apresenta grandes variedades de minérios, tais como, níquel, manganês, calcário e o fosfato, sendo os principais municípios mineradores Niquelândia, Barro Alto e Catalão. O Estado produz ainda água mineral, amianto, calcário, ouro, esmeralda, cianeto, manganês, nióbio e vermiculita.

Um dos grandes desafios do Estado de Goiás é conciliar a expansão da agroindústria e da pecuária com a preservação do cerrado, considerada uma das regiões mais ricas do planeta em biodiversidade.

O setor secundário agrega as indústrias, nos seus mais diversos aspectos, tanto no que concerne a extração mineral ou vegetal, a transformação e o beneficiamento que os produtos passam. Dada a complexidade da indústria, pretende-se conhecê-la tal qual acontece no dia a dia da economia, assim como sua inter-relação com os demais setores, visando entender a participação tecnológica e o crescimento no bem-estar da sociedade.

Justamente, sem a composição dos fatores de produção tendo como base a tecnologia, não há como produzir e desenvolver uma economia, que precisa satisfazer as necessidades de seu povo.

Numa posição superposta, verifica-se que a indústria, de maneira geral, pode ser dividida em três blocos, de fundamental importância para a economia e melhor compreensão da estrutura industrial, tal como ela está colocada em qualquer base econômica do mundo. Em primeiro lugar, tem-se a indústria de extração mineral e vegetal, são aquelas preocupadas com a produção natural, tal como existe, isto é, minérios, madeiras e alguns outros vegetais. Em segundo lugar, tem-se a indústria de beneficiamento que acompanha o produto *in natura*, beneficia e leva ao comércio e em terceiro lugar, tem-se a indústria de transformação que objetiva trabalhar com os produtos extrativos ou beneficiados, fazendo gerar outro que o mercado exige a cada instante.

A indústria que é o setor de maior criatividade produtiva no momento, visto que a sociedade de consumo da modernidade está muito exigente., para conseguir uma indústria sólida, sem se comprometerem os demais setores da economia, que deve caminhar dentro do princípio de estabilidade e harmonia técnica.

Já o setor terciário, está diretamente ligado a prestação de serviços e comércio em geral. O Estado de Goiás tem desenvolvido suas potencialidades nesse setor, através do turismo das suas belezas naturais, como águas termais, cerrado, grutas, cachoeiras e também o turismo histórico nas cidades de Goiás, Perenópolis e a festa do divino pai eterno na cidade de Trindade.

Segundo dados do IBGE, em 2006 o Estado de Goiás tinha 5.635.890 habitantes, sendo o estado mais populoso da região Centro Oeste. O acentuado crescimento demográfico do Estado começou após a construção de Goiânia em 1933 e com a construção de Brasília. Atualmente a taxa de crescimento populacional do Estado de Goiás é maior que a média nacional. Nesse mesmo ano a densidade demográfica era de 16,57 hab./ km².

Outro dado importante é que o Produto Interno Bruto – PIB em 2005 foi de R\$ 50.536.111.587,00, sendo o 9º na classificação nacional e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0.776 o oitavo melhor do território nacional, indicadores importantes se comparados com o desempenho do início do século XX.

2.2 População Urbana e Rural

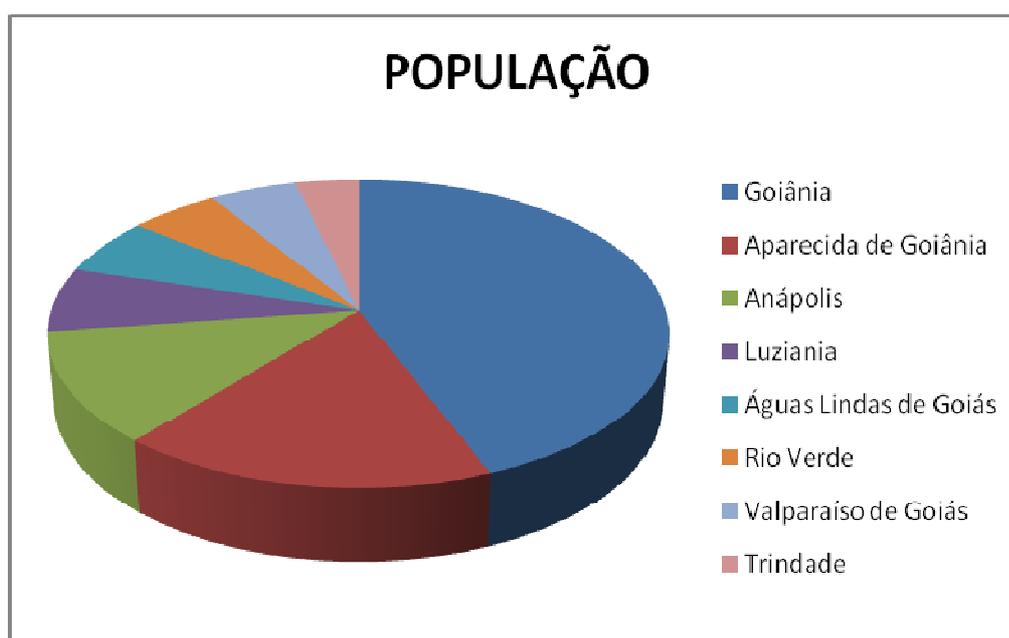
A seguir será classificado a população das cidades do Estado de Goiás , que possuíam em 2006 mais de cem mil habitantes.

Quadro 02: Cidade do Estado de Goiás com mais de 100.000 habitantes

CIDADES	POPULAÇÃO
Goiânia	1.224.465
Aparecida de Goiânia	475.303
Anápolis	325.544
Luziânia	187.262
Águas Lindas de Goiás	168.919
Rio Verde	149.113
Val Paraíso de Goiás	145.675
Trindade	105.599
T O T A L	2.781.880

Fonte: IBGE - 2006

Figura 01: População do Estado de Goiás com mais de 100.000 habitantes



Analisando o gráfico acima, verifica-se que Aparecida de Goiânia é a cidade mais populosa do estado depois da capital do estado Goiânia; Anápolis destaca-se como principal pólo industrial do Estado, apresentando a maior concentração de indústrias; já Luziânia é a quarta cidade mais populosa e a mais importante do entorno de Brasília; enquanto Águas Lindas é o segundo mais populoso do entorno e o quinto do Estado; Rio Verde com 149.113 habitantes, é o município mais populoso do sudoeste goiano, possui o maior complexo agro industrial do Estado; Val Paraíso é a terceira maior cidade do entorno e a sétima do Estado e Trindade a oitava cidade do Estado . Destacam-se outras cidades como: Caldas Novas, como o maior centro turístico do Estado, conhecida por suas águas quentes; Catalão a terceira maior cidade do Estado (em PIB e Renda Per capita) sendo uma importante cidade do sudoeste goiano em função do seu pólo industrial. Além da capital Goiânia que é o município goiano mais populoso e responde por 25% do PIB do Estado.

Em 2006 a densidade demográfica do Estado de Goiás era de 16,57 habitantes/Km², sendo a região metropolitana de Goiânia – RMG a mais populosa acima de dois milhões de habitantes, a leste a região do entorno de Brasília a segunda mais populosa com mais de 1.1 milhões de habitantes e o sul goiano sendo a terceira região mais populosa do estado.

Quadro 03: ESTADO DE GOIÁS: População residente urbana e rural, densidade

Demográfica e taxa de urbanização - 1980,1991,1996, 2000 a 2005.

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE			Densidade Demográfica hab/Km ²)	Taxa de Urbanização (%)
	TOTAL	URBANA	RURAL		
1980	3.120.718	2.108.049	1.012.669	9,14	67,55
1991	4.018.903	3.247.676	771.227	11,78	80,81
1996	4.514.967	3.872.822	642.145	13,23	85,78
2000	5.003.228	4.396.645	606.583	14,71	87,88
2001	5.201.969	4.559.147	642.822	15,30	87,64
2002	5.310.330	4.686.042	624.288	15,61	88,24
2003	5.419.182	4.754.520	664.662	15,93	87,73
2004	5.528.852	4.855.974	672.878	16,26	87,83
2005	5.628.592	4.927.120	701.472	16,55	87,54

Fonte: IBGE 2005(PNAD)

O quadro acima apresenta o aumento da população residente do Estado de Goiás, além do crescimento da população urbana nos últimos vinte e cinco anos e a conseqüente redução da população rural. A evolução da densidade demográfica tem acompanhado a evolução da população residente e observa-se também o crescimento significativo da taxa de urbanização que em 2005 apresentava um percentual de 87,54%.

2.3 Mercado de Trabalho

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), classificam em três grandes categorias entre a População Economicamente Ativa:

- 1º os empregadores;
- 2º os empregados, se divide em dois grandes grupos: os formais (com carteira assinada) e os informais (sem carteira assinada) e
- 3º os trabalhadores autônomos (informais).

Dentre os empregados, os trabalhadores autônomos são constituídos tanto por profissionais liberais quanto por uma gama de trabalhadores sem nenhum amparo e proteção legal. Devido à sua própria natureza e ao fato de a maioria dos trabalhadores autônomos não estar amparada pelas leis trabalhistas, essa categoria costuma integrar os dados do setor informal da economia.

Embora aponte como característica da década de noventa o crescimento da informalidade, o incremento da participação dos informais está associado às mudanças ocorridas na estrutura ocupacional em regiões metropolitana.

O emprego formal é aquele que atende aos moldes legais. No Brasil, é representado principalmente pela carteira de trabalho assinada.

Segundo dados da PNAD no período de 2003 a 2005 no Brasil não-metropolitano, a indústria apresentou um comportamento oposto, tendo havido geração de 1,116 milhão de empregos. Se levada em conta a participação no emprego industrial, houve uma contração de 5,8% nas regiões metropolitanas e um incremento de 8,1% nas áreas urbanas não-metropolitanas.

O desempenho das áreas urbanas não-metropolitanas foi ainda melhor, com geração líquida de 1,361 milhão de empregos. Isso ocorreu pelo resultado negativo

nas áreas rurais. Até a década de setenta, o processo de desenvolvimento econômico no Brasil era concentrado em algumas poucas regiões e estados, o que gerou também uma grande concentração da renda e da produção. No período de auge da concentração, o Estado de São Paulo, que abrigava 19% da população brasileira, era responsável por 39% da renda nacional.

Diniz e Crocco (1996) enfatizam a importância da criação do MERCOSUL, constatou que, das cinquenta microrregiões brasileiras que mais geraram empregos industriais com carteira de trabalho assinada, apenas dez eram capitais. Esse número ainda é mais expressivo, se adicionado à concentração existente na geração de empregos formais.

A média de crescimento anual até 2002 chegou a 4.3% para o total de empregos, com recuperação da indústria, que cresceu 3.9% em média, segundo dados da Rais. No período de 2003 e 2006 tiveram um bom desempenho para o mercado de trabalho formal no Brasil. Segundo o cadastro geral de empregados e desempregados – CAGED, o total de empregos com carteira assinada gerados no período foi de 4.647.675, isto em todo território nacional.

Sendo assim, mercado significa o espaço de transações, o contexto de trocas e intercâmbios entre aqueles que oferecem um produto ou serviço e aqueles que procuram um produto ou serviço. O mecanismo de oferta e procura é a característica principal de todo mercado. O mercado de trabalho é composto pelas ofertas de oportunidades de trabalho oferecidas pelas diversas organizações, sofre diversas regulamentações e restrições. A convivência entre as regras da legislação trabalhista nem sempre é pacífica. De um lado, existem forças que desejam aumentar e fortalecer as restrições impostas pela legislação trabalhista para tornar a sociedade mais solidária. Por outro lado, existem forças que preferem que o mercado fique livre, deixando que o ímpeto da iniciativa privada fomente uma sociedade mais próspera.

O mercado é dinâmico e sofre contínuas mudanças. Quando está em situação de oferta, existe excesso de vagas e oportunidades de empregos para os candidatos. Todavia os quando o mercado de trabalho está em situação de procura , os mecanismos se invertem, como mostra a figura a seguir:

Quadro 04: Mercado de Trabalho

OFERTA	PROCURA
* Investimentos em recrutamento para atrair candidatos.	* Baixos investimentos em recrutamento devido a oferta de candidatos.
* Critérios de seleção mais flexíveis e menos rigorosos.	* Critérios de seleção mais rígidos e rigorosos para aproveitar a abundância de candidatos.
* Investimentos em treinamentos para compensar a inadequação dos candidatos.	* Poucos investimentos em treinamento para aproveitar candidatos já treinados.
* Ofertas salariais estimulantes para atrair candidatos.	* Ofertas salariais mais baixas para aproveitar a competição entre os candidatos.
* Investimentos em benefícios sociais para atrair candidatos e reter funcionários.	* Poucos investimentos em benefícios sociais, pois não há necessidade de mecanismo de fixação do pessoal.
* Ênfase no recrutamento interno, como meio de ficar com os funcionários atuais e dinamizar os planos de carreira.	* Ênfase no recrutamento externo como meio de melhorar o potencial humano, substituindo funcionários por candidatos de melhor qualificação.

Fonte: autoria do autor

O mercado de trabalho é condicionado por inúmeros fatores tais como: o crescimento econômico, a natureza e qualidade dos postos de trabalho, a produtividade e a inserção no mercado internacional. O primeiro está relacionado com a escala de emprego, enquanto os demais fatores, com a intensidade do emprego (qualidade e produtividade). Na era da informação, a mobilidade dos empregados cresceu com a migração do emprego da indústria para o setor de serviços, do assalariamento formal para o informal, do emprego industrial metropolitano para o não metropolitano. Em paralelo, cresceu a exigência de qualificação dos trabalhadores em todos os setores. Essa mobilidade tende a depreciar rapidamente as habilidades específicas dos trabalhadores, o que significa que mesmo os trabalhadores mais bem formados precisam de reciclagem permanente. Além da escala do emprego, também a natureza do trabalho está mudando, exigindo maior velocidade nos processos de transição dos trabalhadores para a nova situação.

Quadro 05: Criação de empregos celetistas

ANO	Nº EMPREGO
2004	1.521.276
2005	1.253.981
2006	1.228.686
TOTAL	4.003.943

Fonte: CAGED 2006

Figura 02: Criação de Empregos

Já o número de empregos celetista registrado como se observa no quadro acima apresentou nos últimos três anos 4.003,943 novas vagas. Estes resultados indicam que a geração de empregos foi positiva. No Estado de Goiás e Distrito Federal esses números representam 2.4% e 1.6% respectivamente.

Esta oferta depende da situação econômica e social do país, Estado ou município. A demanda pela força de trabalho, resulta na procura de bens e serviços e o aumento no volume da mão-de-obra necessária para produção. Esses fatores dependem da existência de uma demanda de consumo por parte da população e também da quantidade da população em relação à quantidade de oferta de emprego e crescimento demográfico. Este deve acompanhar o nível de emprego e a População Economicamente Ativa – PEA.

Em virtude da construção das capitais Goiânia e Brasília a urbanização goiana aconteceu acima da média nacional, não só em função da industrialização, mas principalmente em função do processo da modernização agropecuária, ou seja,

pela substituição do homem pela máquina, as pessoas iam, para a cidade em busca de emprego.

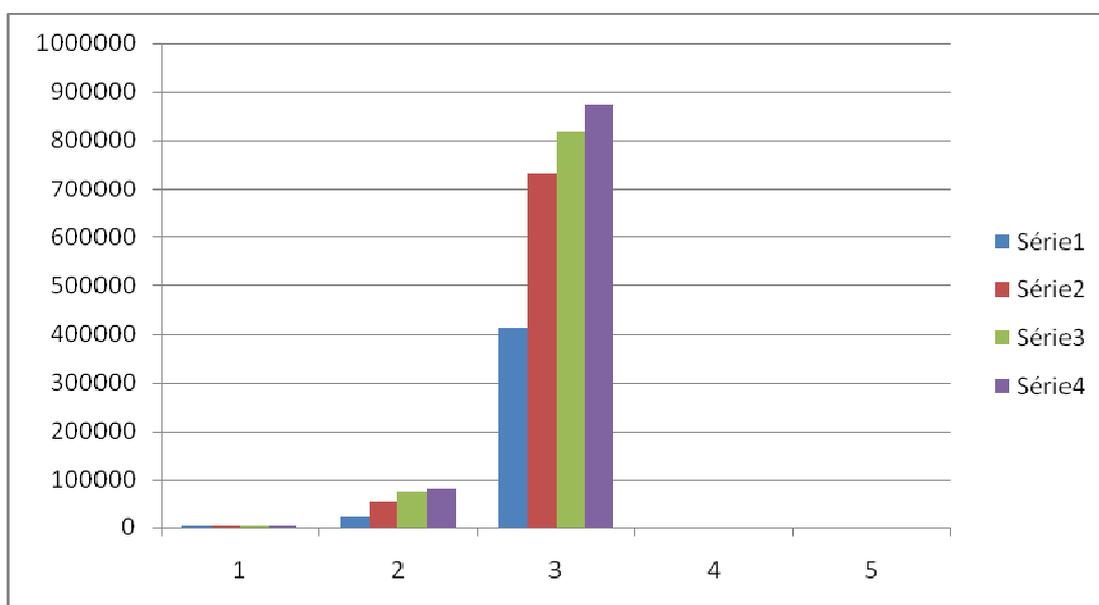
Estes aspectos estiveram no centro sul do Estado, em função principalmente das influências de Goiânia-Anápolis, no entorno do Distrito Federal em uma menor abrangência no sudoeste goiano. Esta explosão urbana exigiu diversificação das atividades econômicas para adequação dos fluxos migratórios, sendo que este grau de urbanização refletiu na composição de renda interna do Estado de Goiás.

Quadro 06: Número de Estabelecimentos e Empregos: 1990 – 2004

ANOS	Estabelecimentos	Empregados	Variação em Relação a 1990	
			Estabelecimentos	Empregados
1990	21.943	410.991	100	100
2002	55.348	733.288	252,24	178,42
2003	76.542	819.071	348,82	199,29
2004	81.706	872.824	372,36	212,37

Fonte: Rais/TEM

Figura 03: Número de Estabelecimentos e Empregos



Conforme dados da Rais, no quadro da página anterior se percebem que nos anos de 1990 e 2004, o emprego total na economia goiana cresceu de 410,9 mil para 872,8 mil pessoas, que corresponde a um acréscimo líquido de 461,8 mil postos de trabalho, ou seja, 112,37% a mais em relação a 1990. Já o número de estabelecimentos, o Estado de Goiás apresentou e manteve mais uma vez uma

tendência crescente ao longo do período de 1990 a 2004, com um aumento de 272.4% em 2004, em relação a ano base (1990).

A economia goiana conta com grande contribuição do mercado informal de trabalho no Estado de Goiás. Entende-se por trabalhador informal aquele que não possui contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Para Milhomem (2003), o progresso econômico cria novas tecnologias e estas são consideradas as causas de destruição e criação de novos empregos. A inovação tecnológica e o aumento da produtividade proporciona redução no número de vagas oferecidas no mercado.

Segundo Milhomem (2003) a origem do trabalho informal é apontada por três perspectivas, sendo a primeira relacionada à forte migração de trabalhadores do campo para a cidade após a Segunda Guerra Mundial que, em função do desenvolvimento tecnológico e conseqüente aumento da produtividade no campo, houve a transferência da mão-de-obra do campo para as cidades, gerando um excesso na oferta desta nos meios urbanos, e muitas vezes ainda desqualificada para o meio urbano.

A explosão urbana no Estado de Goiás, principalmente no torno de Brasília e na Região Metropolitana de Goiânia, observa-se que o emprego formal tem apresentado crescimento percentual, mas este não acompanha o crescimento da população economicamente ativa goiana, levando as pessoas a procurarem ingressar no emprego informal.

De acordo com Estevam (2004):

Goiás necessita com urgência e tem condições de implementar um sério programa econômico para conter o desemprego. Não custa repetir as condicionantes para um programa econômico de forte conteúdo social em Goiás. Em primeiro lugar, deve-se reconhecer que o micro e os pequenos empreendimentos respondem, de imediato, a qualquer estímulo positivo. Em segundo lugar, não se pode falar de emprego em geral...

Há necessidade de mudanças urgentes na legislação trabalhista e no sistema tributário, que acaba onerando tanto o empregado como o empregador, para que possa reverter a tendência de aumento da informalidade no trabalho informal. No sistema tributário o governo federal através da Lei Complementar 128, de 19 de dezembro de 2008, instituiu o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado aos micros empreendedores individuais. A resolução 59 regulamentou o capítulo da Lei Complementar nº 128/08 que criou o Empreendedor Individual, figura jurídica que entrou em vigor dia 1º de julho de 2009.

3 GEOGRAFIA ECONÔMICA REGIONAL

A história econômica das diversas regiões do país é essencial à compreensão dos temas regionais para entender os desafios que se colocam em um estado com dimensões territoriais com mudanças tão rápidas, ditadas muitas vezes pela globalização do processo produtivo. Desde o início do Século XX Goiás possui um vínculo forte com o Estado de São Paulo, e, nessa parceria o primeiro tem se comportado mais como mercado consumidor do que exportador, até porque a história da industrialização nacional estava identificada com a concentração produtiva, industrial em São Paulo no início do século.

A balança comercial do Estado de Goiás nas primeiras décadas do século XX foi desfavorável; neste processo de desconcentração da atividade produtiva, que visa acelerar o desenvolvimento regional mais equilibrado e que contribua positivamente com a transferência de renda, por meio de uma industrialização, procurando assim fazer um esforço focado numa melhor distribuição de renda. Esse esforço aumentou muito a economia interna, fazendo um estado mais competitivo, já apresentando algumas regiões com características bem desenvolvidas como é o caso do sul e sudeste goiano, que tem atraído empresas de grande porte, através de uma política do governo estadual visando o desenvolvimento regional.

Para tanto basta observar que o estado ainda tem, em termos agregados, baixo coeficiente de exportação, e que quase a totalidade dos segmentos produtivos instalados foi estruturada com vistas a atender a demanda doméstica.

O espaço socioeconômico das diversas regiões sofre influência direta do capital, seja ele, capital industrial, bancário, financeiro ou pela fusão do estado capital. O poder do capital retrata de forma singular a realidade do Estado de Goiás, onde predomina determinadas regiões com alto grau de desenvolvimento, como é o caso do sul e sudeste goiano, onde há circulação de moeda, alto poder aquisitivo. Em alguns casos, com renda até acima de determinadas metrópoles, mas existe o outro lado, o da pobreza, carência, falta de estrutura, saúde, escolaridade, ou seja, regiões menos favorecidas, como é a região norte e nordeste do estado.

A integração do mercado regional com outras regiões não suprime por si as diferenças regionais, representando uma subordinação, que se expressa inclusive em termos técnicos, materiais em diversos segmentos, como os já citados acima (educação, saúde, segurança, etc.). A diferenciação nas estruturas produtivas das

diversas regiões dentro do estado, que a cada dia estão se distanciando uma das outras, mais incentivos às regiões desenvolvidas, com políticas atrai grandes empresas, gera renda, combate o desemprego, melhora-se o *IDH* – Índice de *Desenvolvimento Humano*, enquanto as necessidades aumentam em uma velocidade alarmante nas demais regiões. O Estado muitas das vezes com dificuldade de reverter essa situação se torna incapaz, adota políticas corretivas, uma vez que não possui recursos necessários para equacionar e resolver os problemas hoje emergentes, aliado a falta de dotação orçamentária necessária.

A intervenção unificadora do estado não implica, muito ao contrário, a unificação da estrutura regional pode ser considerada precisamente como uma zona concreta específica, ao nível da qual se regulam as contradições secundárias entre as classes dominantes, com base na fase atingida pela articulação dos modos de produção e do estágio atingido pelo capital local, mas segundo Lipietz (1988, p. 127) “na realidade, a estruturação do espaço, da divisão econômica e social do espaço, suas modificações são, a todo o momento, os efeitos da totalidade das instâncias da formação social”.

Contudo, é necessária uma compreensão da história como herança, como importa uma parcela crescente da ciência econômica regional e porque não dizer também nacional. Além do mais as diferenças regionais sempre existiram, para melhor entender tal situação, o conceito deveria captar as tensões entre a dinâmica regional interior e o ambiente exterior, a natureza relacional das regiões, com outras regiões e entidades espaciais. Para Pacheco (1998 pg. 37),

Uma região é uma sociedade historicamente desenvolvida e territorialmente contínua que possui um ambiente físico, socioeconômico, um meio político e cultural, e uma estrutura espacial distinta de outras regiões e das outras unidades territoriais.

A essa definição simples e óbvia de região poder-se-ia acrescentar, é a diferenciação econômica do território nacional no contexto do processo de desenvolvimento capitalista, que nos últimos anos, procurou destacar a ruptura ou, ao menos, o abalo da sistemática interna de integração produtiva e articulação comercial entre as regiões brasileiras. O significado das formas de inserção do mercado regional no contexto nacional e no comércio internacional.

3.1 Distribuição de Renda

O desenvolvimento brasileiro está, sem dúvida, ligado à distribuição de renda no País. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que a mais de cinquenta anos vem contribuindo com crescimento da economia, em função dos desequilíbrios regionais na configuração de uma política nacional de desenvolvimento.

Para Cano (1985), nos últimos quarenta anos houve uma inflexão na dimensão regional brasileira, não se pode mais pensar em pobreza e exclusão social de forma regionalizada. É preciso construir uma política nacional de desenvolvimento e a ela vincular uma política de desenvolvimento regional. Dessa forma, as políticas específicas setoriais, sociais e regionais, devem obrigatoriamente ser compatíveis entre si, mas que sejam vinculadas e subordinadas a uma política nacional de desenvolvimento. Uma vez que a distribuição do PIB brasileiro não é homogênea, como se observa no quadro 1:

Quadro 07: Brasil: Distribuição do PIB entre as Macrorregiões

MACRORREGIÕES	1980	1985	1998	2000
1. Norte	3,18	3,87	4,48	4,60
2. Nordeste	11,9	13,06	13,05	13,09
3. Centro-Oeste	5,59	8,77	6,84	6,95
Sub-Total	20,67	25,70	24,37	24,64
4. Sudeste	62,28	57,60	58,16	57,79
5. Sul	16,98	16,70	17,47	17,57
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2000 – IBGE

A riqueza em um país com grande extensão territorial, caso do Brasil, a distribuição de renda é sem dúvida um fator preponderante para o desenvolvimento das regiões, como se observa no quadro acima. As regiões mais desenvolvidas são exatamente aquelas que apresentam maior participação do PIB, caso das regiões sudeste e sul, que em 2000 tiveram um índice de 57.79% e 17.57% respectivamente. A região centro-oeste ocupa a quarta colocação no ranque de distribuição do produto interno bruto à frente somente da região norte e bem distante da região nordeste, terceira colocada. Este painel tende a melhorar em função do crescimento da capital federal, Brasília, e do franco desenvolvimento dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul nos últimos anos, como se observa no quadro dois:

Quadro 08: Brasil: distribuição do valor da transformação industrial e do emprego, segundo grandes regiões nos anos de: 1970 – 1985 e 1990.

REGIÕES	1970 VTI	EMPREGO	1985 VTI	EMPREGO	1990 VTI	EMPREGO
Norte	0.8	1.5	2.5	2.7	3.1	2.6
Nordeste	5.7	10.2	8.6	10.8	8.4	11.8
Centro-Oeste	0.8	1.4	1.4	2.2	1.8	2.1
Sudeste	80.8	69.7	70.9	64.2	69.3	63.1
Sul	12.0	16.9	16.7	20.0	17.4	20.3

Fontes: IBGE. Censos Industriais, 1970; 1985.

IBGE. Censo Demográfico, 1991, dados preliminares.

Nota: O emprego é para o ano de 1991, segundo a RAIS.

No primeiro momento parece não ser muito favorável à colocação da região centro-oeste na distribuição do valor da transformação industrial nos últimos anos em nível de Brasil, mas chama-se atenção para o crescimento apresentado, como se observa no quadro dois. A região centro-oeste apresenta um crescimento no valor de transmissão industrial e de emprego de 125% e 50% respectivamente.

Há desenvolvimento de novos pólos industriais dinâmicos, com predominância das metrópoles e cidades médias da região centro-sul. Com a expansão da fronteira agrícola (grãos e cana), especialmente na região centro-oeste, mais precisamente no Estado de Goiás, com a instalação 18 novas usinas de álcool, sem falar da força e do crescimento da pecuária. Todo esse fator tem apresentado efeitos econômicos sobre as atividades urbanas e industriais do Estado, por meio de novos ciclos de expansão, com ênfase menor na disponibilidade de recursos naturais ou de mão-de-obra não qualificada, pelo contrário, apresentando trabalhadores qualificados em permanente processo de renovação de conhecimentos, centros de pesquisas, recursos humanos especializados, ambiente cultural, etc.

Meio ao quadro apresentado faz-se necessário destacar alguns aspectos importantes, tais como:

- Necessidade de uma redistribuição de renda e de ativos e;
- Necessidade de uma preocupação ambiental.

Que através de uma política que apresente condições socioeconômicas, culturais e ambientais gerais, possa contemplar uma melhora nas condições de trabalho, com melhora em seu ambiente, mais investimentos na educação, na infra-

estrutura (água e esgoto), serviços sociais de saúde, com uma política habitacional e de produção agrícola de alimentos. Esse conjunto de fatores fará com que em médio prazo melhore a distribuição de renda.

O Estado de Goiás apresenta uma enorme disparidade na distribuição de renda, não sendo, portanto muito diferente do Brasil, com o crescimento dos grandes centros urbanos, as cidades crescem desordenadamente, pela inexistência muitas das vezes de um plano diretor eficiente, capaz de equacionar os graves problemas sociais que o crescimento desordenado das cidades apresentam, já em curto prazo. O efeito estufa (inchaço) a borda dos grandes centros urbanos, trazem conseqüências em curto prazo com tendência de aumento das disparidades sociais. A velocidade é tão grande que o estado não tem tempo de se adequar à nova realidade, uma vez que o processo burocrático é lento e ineficaz.

As conseqüências desse crescimento desordenado fazem com que a crise cresça vários fatores contribuem em de forma direta, como o grande número de idosos e o aumento das doenças crônicas, criam um peso financeiro crescente para o sistema de saúde, conseqüentemente aos cofres públicos, que por falta de uma eficiência administrativa, a maquina estatal não consegue ser eficiente, quantos aos problemas, não param por ai, a ausência de creches, a falta de segurança nos bairros, principalmente na periferia, onde a criminalidade é mais latente, na educação também o fraco desempenho estatal esta presente, com poucas exceções.

Diante de tal realidade de desigualdade, é preciso que o estado adote uma política e comece a esboçar uma reação, disseminando conhecimento e informações sobre as relações entre os determinantes sociais, que promova apoio, elaboração, coordenação, seguimento e avaliação de políticas, programas e intervenções governamentais e não governamentais realizadas em nível regional e em todo território brasileiro, desenvolver ações de promoção junto a diversos setores da sociedade civil, com o propósito da diminuição das iniquidades nas disparidades sociais.

É preciso, então, conhecer os objetivos que essas políticas pretendam atingir. Frequentemente, esses objetivos são enunciados de forma tão vaga e geral que se torna praticamente impossível avaliá-los na sua natureza ou na sua compatibilidade com os resultados alcançados. É possível pensar, nesses casos, que a não existência de metas claras e previamente definidas já pode ser entendida como um

critério avaliativo, por si só, correspondendo a uma baixa capacidade política, técnica ou administrativa de formulação.

Essas disparidades são justificadas por meio de dois padrões institucionalizados de relações dentro do estado, sendo eles:

O universalismo de procedimentos, que corresponde à afirmação de um regime burocrático racional legal e democrático. Este corresponde a um processo de modernização e de complexificação da sociedade moderna, em que a dinâmica da estratificação da estrutura de classes deixa espaço para a existência de uma multiplicidade de grupos de interesses.

Já o segundo padrão é o clientelismo, que se baseia no desenvolvimento de relações de subordinação, assimétricas, que vão do compadrio à proteção e à lealdade política. Estes dois padrões estão presentes até hoje na sociedade brasileira e local, fazem com que se se justifica a grande diferença econômica entre as camadas sociais.

A intensificação por demanda de políticas sociais tem sido uma estratégia adotada por vários políticos em nosso país, que com isso aumentam sua aceitação no comando das políticas públicas, essa tem sido sem dúvida a grande preocupação de boa parte dos políticos brasileiros, querem se perpetuar na gestão da máquina estatal. Com essa estratégia, eles vêm contribuindo de forma determinante para uma melhor distribuição de renda e queda na desigualdade social, por meio de programas de transferência de renda, que segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no período de 2001-2004, esses programas geraram uma redução de 25% nessa desigualdade social.

Parece não ser um dado tão importante, mas é sem dúvida uma grande contribuição, uma vez que essa ação tem sido desenvolvida em uma faixa de extrema pobreza e de grande desigualdade social, gerando inclusão no meio social. De certa forma contribui com o combate à desnutrição, trazendo mais dignidade ao cidadão e sua prole. Sem mencionar que de certa maneira contribui com o fraco desempenho do mercado de trabalho entre os mais pobres.

A distribuição desses recursos é institucionalizado pelo governo, e está prevista na Constituição Federal, em seu artigo 159, inciso I, alínea a, sendo portando importante instrumento de redistribuição da renda nacional, visto que promove a transferência de recursos arrecadados em regiões mais desenvolvidas para regiões menos desenvolvidas do país. Segundo dados do TCU – Tribunal de contas da União.

Quadro 09: Participação dos estados no Fundo de Participação dos Estados

REGIÃO	%
Norte	25,37
Nordeste	52,46
Centro-Oeste	7,17
Sul	6,52
Sudeste	8,48
TOTAL	100,00

Fonte: Tribunal de Contas da União

Observa-se no quadro 09 a baixa participação da região centro oeste na distribuição desses recursos, isso se explica pela falta de coordenação política dos estados que compõem estas regiões, as regiões norte e nordeste participam com um total de 77,83% enquanto a região Centro-Oeste participa com 7,17%.

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Em economia, concentração de renda é o processo pelo qual um montante significativo de recursos converge para uma mesma empresa, região ou grupo privilegiado de pessoas. Um dos métodos utilizados para medir a concentração de renda a nível macroeconômico é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-R). A renda é calculada tendo como base o PIB per capita do país ou município. Como existem diferenças entre o custo de vida de um país para outro, a renda medida pelo IDH é o dólar através da Paridade do Poder de Compra (PPC), que elimina essas diferenças.

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até um (desenvolvimento humano total), sendo os países assim classificados:

- Quando o IDH está entre zero e 0.499, é considerado baixo;
- Quando o IDH está entre 0.500 e 0.799, é considerado médio e.
- Quando o IDH está entre 0.800 e um, é considerado alto.

Segundo dados das Nações Unidas (ONU), o Brasil está classificado em 70º lugar e o Estado de Goiás classificado em oitavo lugar a nível nacional como se observa no quadro a seguir:

Quadro 10: 04 I D H Renda

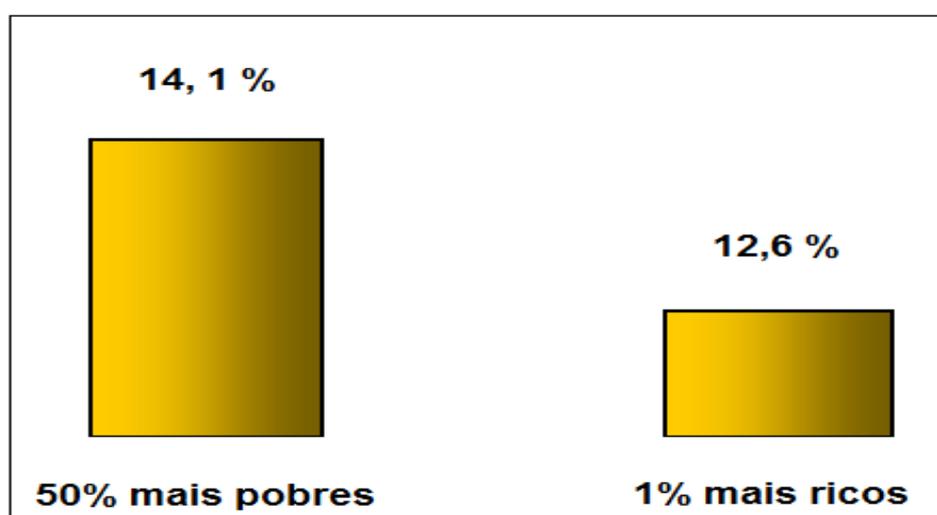
POSIÇÃO		ESTADO	ÍNDICE DE RENDA	
Dados de 2005	Mudança comparada a 2000		em 2005	em 2000
1	0	Distrito Federal	0.824	0.824
2	0	São Paulo	0.768	0.776
3	0	Rio de Janeiro	0.758	0.766
4	+1	Santa Catarina	0.756	0.738
5	-1	Rio Grande do Sul	0.748	0.743
6	-1	Paraná	0.739	0.725
7	0	Espírito Santo	0.715	0.704
8	+1	Goiás	0.712	0.699
9	-1	Mato Grosso do Sul	0.709	0.704
10	-1	Mato Grosso	0.702	0.703
11	0	Minas Gerais	0.702	0.695
12	0	Rondônia	0.685	0.694
13	+1	Amapá	0.676	0.668
14	+1	Rio Grande do Norte	0.657	0.633
15	+1	Amazonas	0.648	0.641
16	0	Acre	0.647	0.692
17	+1	Tocantins	0.647	0.628
18	+1	Sergipe	0.643	0.622
19	+1	Paraíba	0.638	0.626
20	-1	Pernambuco	0.632	0.629
21	-1	Pará	0.632	0.639
22	-1	Roraima	0.629	0.688
23	-1	Bahia	0.621	0.609
24	-1	Ceará	0.616	0.608
25	+1	Piauí	0.608	0.583
26	-1	Alagoas	0.589	0.594
27	0	Maranhão	0.570	0.568

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2005)

Observa-se que o Distrito Federal está em primeiro lugar à frente dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro respectivamente. Já o Estado de Goiás está classificado em oitavo lugar, contando, sem dúvida, com a influência positiva da Capital Federal, Brasília que está inserida dentro do território Goiano. Segundo o relatório de desenvolvimento humano, 2007- 2008 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil entrou pela primeira vez para o grupo de países com elevado desenvolvimento humano, com índice medido em 0.800 no ano de 2005. Mesmo assim, continua a ser internacionalmente conhecido por ser uma

das sociedades mais desiguais do planeta, onde a diferença na qualidade de vida de ricos e pobres é imensa. Dados estatísticos recentes contidos na Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o quadro apresenta crescimento positivo entre 2001 e 2004, onde a renda dos 50% mais pobres cresceu cerca de 14.1% ao ano, enquanto um % dos mais ricos aumentou 12; 6%.

Figura 04: Distribuição de Renda - 50% mais pobres e 1% mais ricos em relação ao total da renda - 2004.



Fonte: IBGE 2006 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas).

A explicação do Banco Mundial para a redução das desigualdades está nos programas de distribuição de renda: Bolsa Família, Renda Cidadã etc.

3.2.1 Políticas Sociais

O governo brasileiro tem desenvolvido ações concretas de combate às desigualdades sociais utilizando-se de ações de combate à pobreza, associados à alocação de recursos públicos, que muitas vezes são escassos, na condução de programas de redução da pobreza no território nacional. Utilizando-se de políticas compensatórias e assistencialistas de resultado em curto prazo, foca na transferência de renda como forma de compensar o fraco desempenho do mercado de trabalho.

Essas desigualdades resultam de múltiplas e complexas determinações, mas tem à heterogeneidade com que a educação de qualidade é distribuída entre a população, sendo a deficiência na escolaridade a principal determinante da desigualdade social. O Brasil, um país onde a etnia é diversa, o padrão de discriminação racial expresso pelo diferencial na escolaridade entre brancos e negros mantém-se perversamente estável entre gerações. Outro aspecto que contribui para essa desigualdade social é o número crescente de mulheres que cresce todo ano no mercado de trabalho, com remuneração inferior a dos homens, um terço dessas famílias sobrevive abaixo da linha de pobreza, segundo dados do IBGE (2007), sendo que a maioria desempenha atividades informais e trabalham em casa. Conforme dados do Supremo Tribunal Eleitoral, 50% de todos os eleitores são do sexo feminino, mas somente 10% dessa população ocupam posições nos Órgãos Legislativos. No entanto, no campo educacional (nível de escolaridade) não existe uma diferença significativa entre mulheres e homens. Já o papel feminino no magistério, em particular, pré-escolar e ensino fundamental são predominantes, mas a remuneração é baixa se comparada com a do Ensino Médio e terceiro grau.

A seguir será apresentado o rendimento domiciliar per capita nos anos de 2004, 2005 e 2006.

Quadro 11: Faixa do rendimento domiciliar per capita

DISCRIMINAÇÃO	2006 %	2005 %	2004 %
Sem rendimento	1,2	1,4	1,1
Até 1/4 salário mínimo	3,1	5,1	3,6
Mais de 1/4 até 1/2 salário	12,6	17,8	15,5
Mais de 1/2 até 1	28,4	33,4	31,4
Mais de 1 até 2	31,6	24,2	28,6
Mais de 2 até 3	10,5	7,5	8,1
Mais de 3 até 5	6,3	5,3	5,6
Mais de 5 salários	5,1	4,9	5,7
Sem declaração	1,3	0,4	0,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Para melhor análise na estrutura domiciliar do Estado de Goiás, faz-se necessário identificar a faixa de rendimento domiciliar per capita. Analisando o quadro de nº 11, observa-se que a maioria absoluta de renda per capita está

localizada no intervalo de meio até dois salários mínimos, representando 28,4% e 31,06% respectivamente, sendo possível observar que nos intervalos subseqüentes também apresentaram um pequeno crescimento.

3.3 Análise da estrutura domiciliar do estado de Goiás

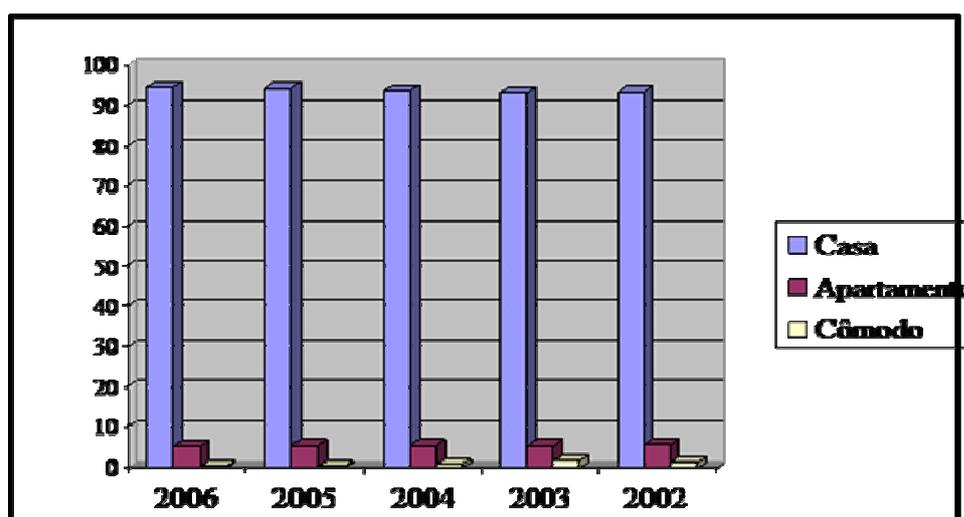
A seguir será apresentada uma descrição dos principais itens que compõem a estrutura domiciliar no Estado de Goiás, utilizando-se de dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar referente aos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006, publicados pelo IBGE.

Quadro 12: Tipo de Domicílio

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Casa	93,2	93,0	93,6	94,2	94,4
Apartamento	5,6	5,4	5,5	5,5	5,3
Cômodo	1,2	1,6	0,9	0,3	0,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Figura 05: Tipo de Domicílio



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006

Observa-se que a maioria absoluta dos domicílios no Estado de Goiás está representada por casas, que tem apresentado crescimento nos últimos três anos, sendo que em segundo lugar, bem distante, aparece o apartamento. Estes dados

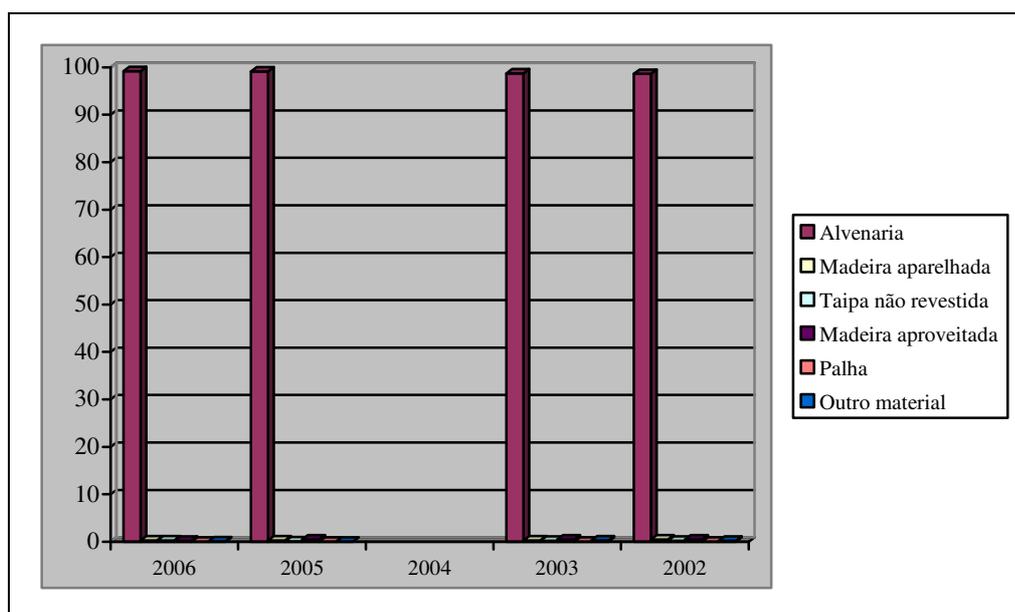
representam de forma fidedigna a política adotada pelo governo nas últimas décadas, tendo como exemplo a criação da Companhia de Habitação do Estado de Goiás-COHAB.

Quadro 13: Material predominante das paredes externas

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Alvenaria	98,6	98,7	-	99,1	99,2
Madeira aparelhada	0,5	0,3	-	0,3	0,3
Taipa não revestida	0,2	0,2	-	0,1	0,3
Madeira aproveitada	0,5	0,5	-	0,5	0,2
Palha	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Outro material	0,2	0,3	-	0,0	0,1
TOTAL	100,0	100,0	-	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Figura 06: Material Predominante das paredes Externas



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006

Quanto ao material predominante das paredes externas, observou-se que, a maioria absoluta das edificações dos domicílios no Estado de Goiás, é feita de alvenaria, sendo que em 2006 esse índice representou 99,2%, não sendo muito diferente dos exercícios anteriores. Outros materiais utilizados, tais como: madeira aparelhada, taipa não revestida, madeira aproveitada e palha, representaram 0,8%. Mais uma vez estes números retratam o reflexo da política governamental. Hoje já

se conhecem novos métodos utilizados em escala industrial na construção civil, como os utilizados nos Estados Unidos da América. Em Goiás estas tecnologias ainda são pouco utilizadas.

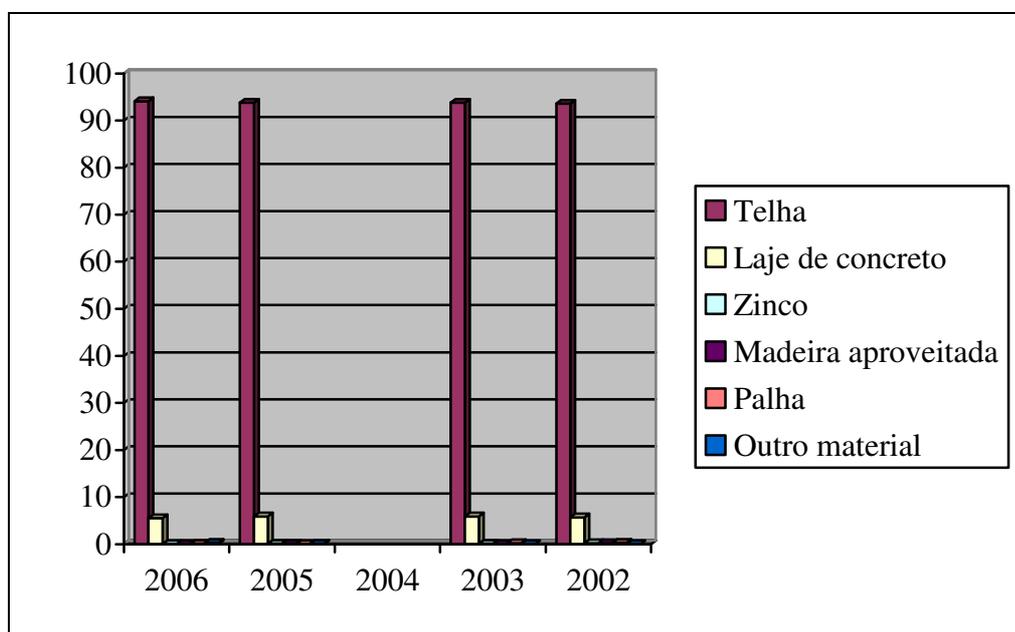
A seguir será apresentada uma descrição do material predominante na cobertura (telhado) desses domicílios, como se observa no quadro abaixo:

Quadro 14: Material Predominante da Cobertura (telhado)

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Telha	93,6	93,8	-	93,8	94,1
Laje de concreto	5,7	5,9	-	5,9	5,5
Zinco	0,2	0,1	-	0,1	0,0
Madeira aproveitada	0,2	0,0	-	0,1	0,0
Palha	0,3	0,2	-	0,0	0,1
Outro material	0,0	0,0	-	0,1	0,3
TOTAL	100,0	100,0	-	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Figura 07: Material Predominante da Cobertura (telhado)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006

No gráfico, predomina como telhado o uso da telha com percentual de 93,6%, 93,8%, 93,8% e 94,1%, nos anos de 2002, 2003, 2005 e 2006 respectivamente. Salienta-se que no exercício de 2004 a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar não contemplou este item.

Depois de identificado o tipo de domicílio predominante nas residências goianas e o material utilizado em sua construção, a análise a seguir será quanto ao número de cômodos destes domicílios, como se observa no quadro na próxima página:

Quadro 15: Número de cômodos

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
1	0,7	0,8	0,4	0,2	0,3
2	2,5	2,0	2,0	1,6	1,6
3	6,6	5,9	5,9	5,4	5,4
4	12,2	12,6	12,2	12,4	12,3
5	23,7	24,9	26,4	27,0	26,4
6	21,0	20,3	20,6	21,0	21,9
7	13,9	14,5	14,5	14,6	13,6
8	8,6	8,4	8,4	7,8	8,5
9	4,6	5,0	4,5	4,2	4,1
10	2,4	2,7	2,0	2,5	2,5
11	1,4	0,9	1,2	1,2	1,3
12	0,8	0,9	0,8	0,8	1,0
13	0,5	0,4	0,4	0,6	0,5
14	0,4	0,4	0,2	0,2	0,2
15	0,2	0,1	0,2	0,3	0,1
16	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
17	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0
18	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
19	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
21	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
22	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
24	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Os dados são dos anos de 2002 a 2006, em que predomina o número de cinco cômodos nas residências goianas, sendo seguido dos números de seis, sete e

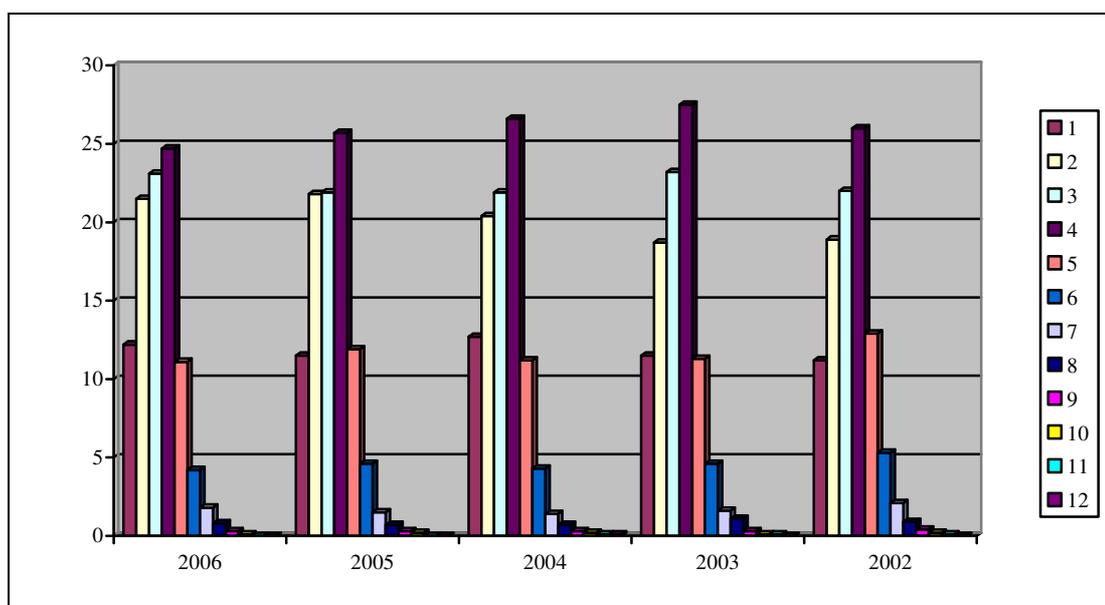
quatro cômodos representando 26,4%, 21,9%, 12,3% e 13,6% respectivamente no ano de 2006.

Quadro 16: Total de Moradores

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
1	11,2	11,5	12,7	11,5	12,2
2	18,9	18,7	20,4	21,8	21,5
3	22	23,2	21,9	21,9	23,1
4	26	27,5	26,6	25,7	24,7
5	12,9	11,3	11,2	11,9	11,1
6	5,3	4,6	4,3	4,6	4,2
7	2,1	1,6	1,4	1,5	1,8
8	0,9	1,1	0,7	0,7	0,8
9	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3
10	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1
11	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
12	0	0,0	0,1	0,0	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Figura 08: Total de Moradores



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

O número de moradores predominante nas residências goianas é de quatro, seguidos de três e dois ocupantes por domicílio, representando em 2006, 24,7%,

23,1% e 21,5% respectivamente. Observa-se com base nesses dados, uma pequena redução na escala de quatro moradores, de 26% para 24,7% se comparados os exercícios de 2002 e 2006 respectivamente.

A seguir será descrito a condição de ocupação do domicílio nas residências goianas, como se observa no quadro abaixo:

Quadro 17: Condição de ocupação do domicílio

DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006
	%	%	%	%	%
Próprio - Já pago	64,6	63,4	-	63,5	64,9
Próprio - ainda pagando	4	3,8	-	3,4	3,0
Alugado	18,1	18,2	-	19,4	18,8
Cedido por empregador	4,3	4,5	-	4,8	4,1
Cedido de outra forma	8,1	9,4	-	8,6	8,3
Outra condição	0,9	0,6	-	0,3	0,9
TOTAL	100,0	100,0	-	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Quanto à condição de ocupação dos domicílios goianos, conforme dados do IBGE, no exercício de 2006, a grande maioria 64,9%, reside em imóveis próprios e quitados, já 3% moram em imóveis financiados. Chama-se atenção para o número significativo de domicílios alugado, na ordem de 18,8%, esse percentual tem apresentado uma pequena variação positiva nos últimos quatro anos, como se observa no quadro acima. Isto evidencia o aumento da população nos aglomerados urbanos, hoje acima de 90%, segundo MOYSÉS (2004) e a falta de eficiência das políticas habitacionais do governo. Observa-se que o déficit habitacional é bastante significativo, ou seja, com o crescimento dos centros urbanos, a política adotada pelos organismos governamentais não tem sido eficiente.

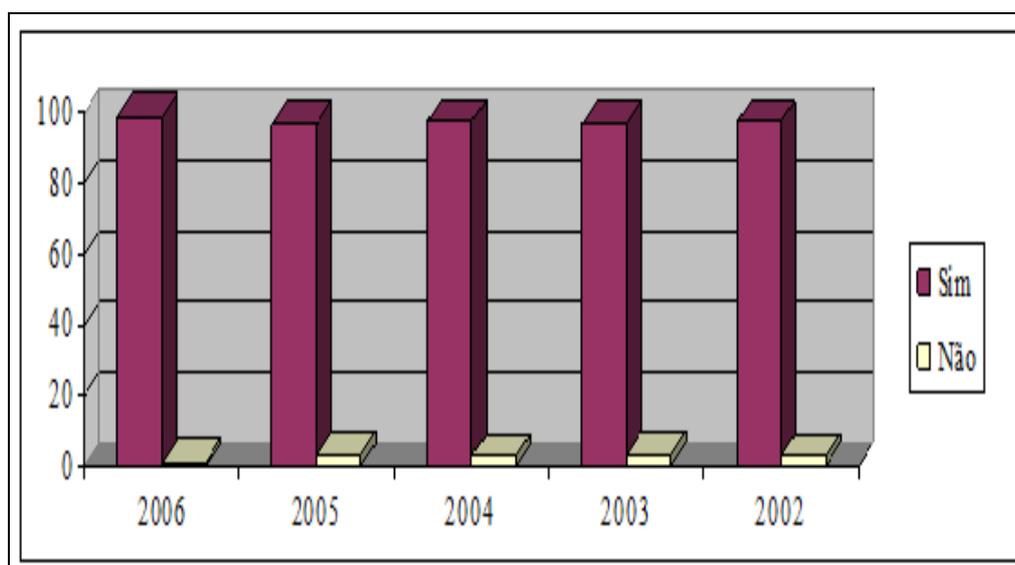
Apesar dos inúmeros esforços apresentado pelo estado, não tem sido eficiente os resultados apresentados. Um dos fatores que contribui negativamente é a falta de continuidade da política que tem apenas quatro anos. Isso prejudica o bom desenvolvimento dos projetos apresentados.

A propriedade do terreno edificado é própria ou pertence a terceiros? Como se observa no quadro e gráfico a seguir:

Quadro 18: Propriedade do Terreno

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Sim	97,0	96,4	97,2	96,6	98,4
Não	3,0	3,6	2,8	3,4	1,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Figura 09: Propriedade do Terreno

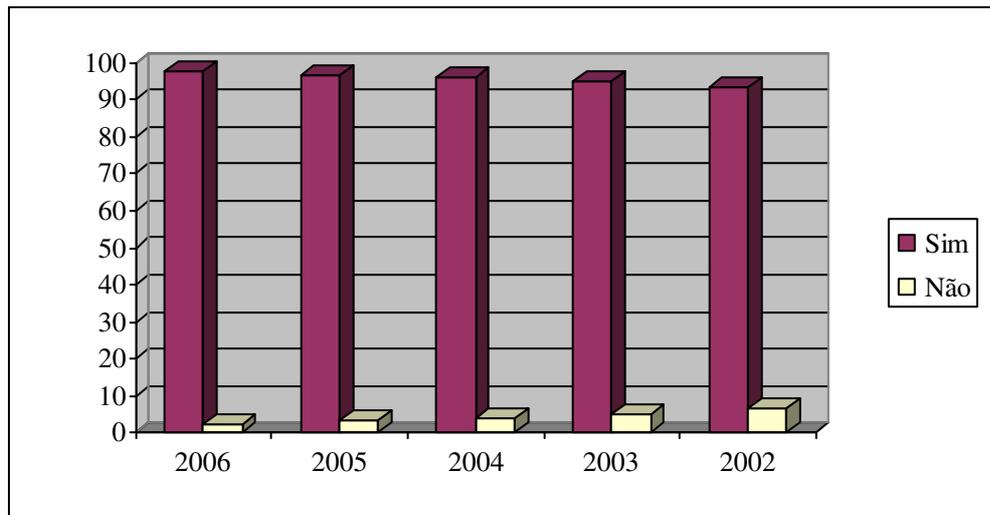
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

A grande maioria dos terrenos edificadas no Estado de Goiás é própria, como pode ser observado no gráfico acima, ou seja, nos exercícios de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006, esta representatividade esteve na ordem de 97%, 96,4%, 97,2%, 96,6% e 98,4% respectivamente.

Quadro 19: Água canalizada em pelo menos um cômodo

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Sim	93,1	94,7	96,2	96,6	97,8
Não	6,9	5,3	3,8	3,4	2,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Figura 10: Água canalizada em pelo menos um cômodo

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

O Decreto nº. 359, de 18 de maio de 1933, estabeleceu a transferência da Capital do Estado da cidade histórica de Goiás para Goiânia, oferecia mais incentivos a quem tivesse interesse de explorar as obras de infra-estrutura ligadas aos setores de energia, **saneamento básico** e outros, indispensáveis à efetiva consolidação da nova cidade.

Segundo o Saneamento de Goiás-SANEAGO, o primeiro sistema de captação de água de Goiânia era superficial, localizada no córrego Areão, afluente do Botafogo, através de barragem de nível e adução por canalização a descoberto e sem estação de tratamento. Com o crescimento da nova capital Goiânia foi exigido urgentes ampliações em toda a sua infra-estrutura, principalmente na área de saneamento básico, obrigando o Estado a investir novos e pesados recursos. Como se sabe o Governo do Estado assumiu a responsabilidade direta pela execução dos serviços de esgotos, unificando-os ao da água em um só organismo.

Dentre as desigualdades que afligem a sua população, sendo o saneamento básico que abrange a distribuição eficiente de água potável, que é uma importante peça neste contexto. A história do saneamento básico em Goiás tem acompanhado o desenvolvimento do próprio Estado.

Finalmente, para melhor desenvolver as atividades e alcançar o seu maior objetivo, a SANEAGO está presente com serviços de abastecimento de água e serviços institucionais em 223 municípios e em mais de 43 localidades, totalizando 266 comunidades, destas, 34 municípios tem serviços de coleta e transporte de esgoto, sendo 30 com as estações de tratamento de esgoto em operação.

No Estado de Goiás, praticamente a totalidade, 97,8% em 2006, dos seus moradores possui água canalizada. O gráfico na página anterior trata de domicílio particular permanente servido por água canalizada proveniente de rede fluvial de abastecimento, com distribuição interna para um ou mais cômodos.

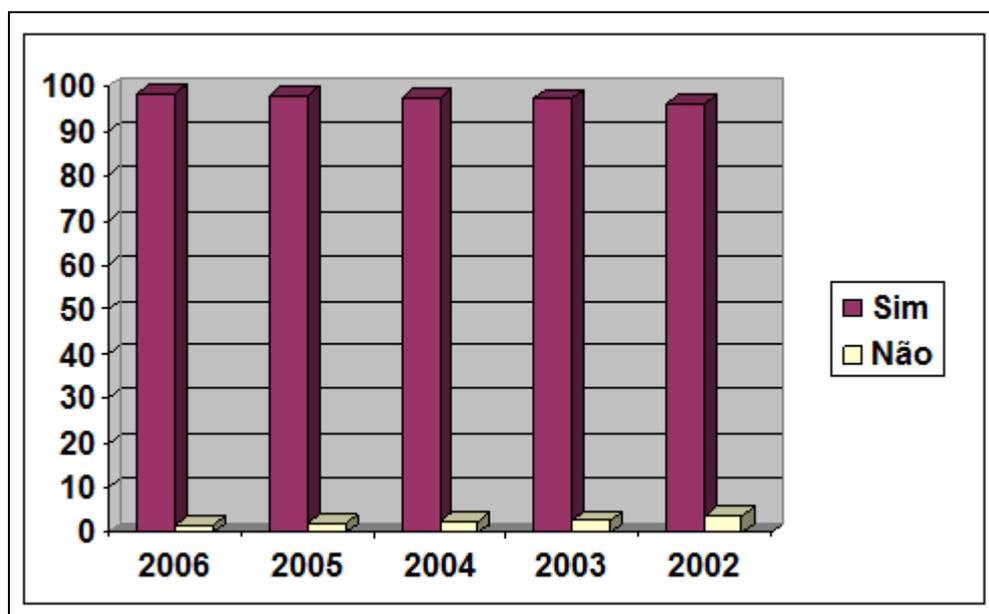
A seguir será analisada a existência de banheiros ou sanitários nos domicílios ou na propriedade no Estado de Goiás.

Quadro 20: Existe Banheiro ou Sanitário no Domicílio ou na Propriedade

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Sim	96,3	97,3	97,7	98,1	98,6
Não	3,7	2,7	2,3	1,9	1,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Figura 11: Existe Banheiro ou Sanitário no Domicílio ou na Propriedade



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Analisando os dados acima, observa-se que as residências do Estado de Goiás possuem um elevado índice de moradias com banheiro ou sanitário, sendo que nos anos de 2002 a 2006 esses indicadores foram 96,3%, 97,3%, 97,7%, 98,1%, 98,6% respectivamente.

Mais do que uma simples comodidade, o banheiro é uma questão de saúde pública. A ausência dele torna-se ainda mais cruel pela discriminação que impõe às

mulheres, visto que, mais que os homens, elas sofrem e passam por maiores constrangimentos com a falta de privacidade pela falta de um banheiro na residência onde mora. Nesse quesito o Estado de Goiás tem apresentado um excelente desempenho, pois a cada ano vem diminuindo o número de pessoas sem banheiros em seus domicílios, conforme mostra de forma clara a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar-PNAD. Esse esforço tem contribuído diretamente com a saúde pública, por meio de ações prioritárias, a partir de atividades de vigilância epidemiológica, de modo a maximizar o efeito destas ações sobre a saúde. Até porque a maior parte das doenças é transmitida principalmente através do contato com a água poluída e o esgoto não tratado, doenças de veiculação hídrica que desencadeiam a maioria das causas de mortalidade, principalmente em crianças com menos de um ano de vida. A falta de saneamento básico responsabiliza-se por enfermidades como hepatite, diarreia grave, cólera e leptospirose, segundo dados do Ministério da Saúde.

Outro item importante na composição da caracterização da estrutura domiciliar é o destino do lixo envolvendo sua coleta e tratamento. Esses aspectos serão apresentados no quadro abaixo:

Quadro 21: Destino do lixo domiciliar

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Coletado diretamente	82,3	82,8	81,9	81,5	84,3
Coletado indiretamente	4,3	5,1	6,3	7,6	5,1
Queimado ou enterrado na propriedade	11,1	11,0	10,4	10,0	9,2
Jogado em terreno baldio	1,8	0,9	1,2	0,6	1,2
Jogado em rio ou lago	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0
Outro destino	0,4	0,0	0,3	0,2	0,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

O quadro 21 mostra que no exercício de 2006, 84,3% do lixo no Estado de Goiás foi coletado diretamente e 9,2% foi queimado ou enterrado na propriedade.

O aterro sanitário de Goiânia funcionou como um depósito de lixo a partir de 1983 e dez anos depois, o lixão foi transformado no aterro sanitário. Onde não tem coleta seletiva a alternativa que apresenta custo menor é a utilização do aterro

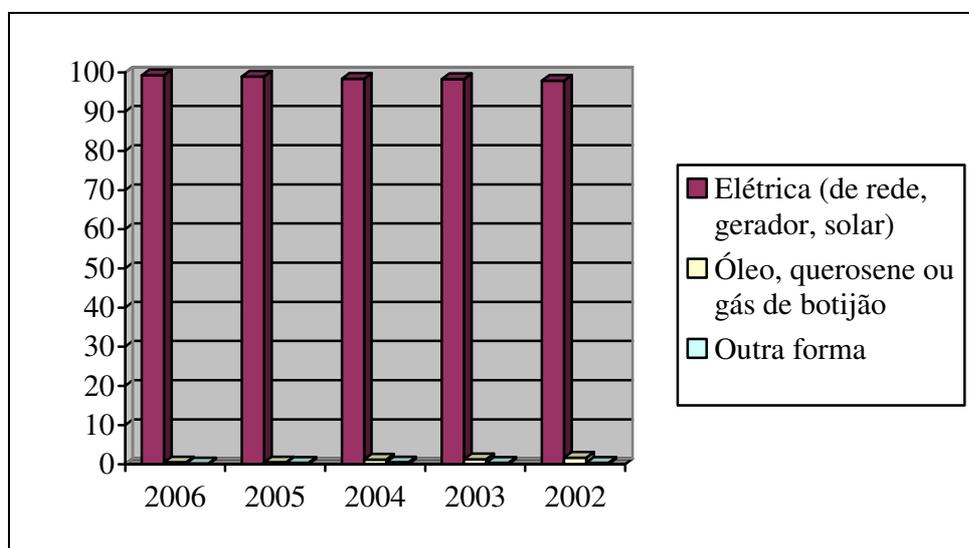
sanitário que é um processo utilizado para a disposição de resíduos sólidos no solo, em sua maioria o lixo domiciliar, que, se fundamentando em normas operacionais e utilizando a engenharia, permite a confinação segura em termos de controle de poluição ambiental, proteção à saúde pública, ou na forma da disposição final de resíduos sólidos urbanos no solo o que é possível através de confinamento em camadas cobertas geralmente com solo, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e minimizando os impactos ambientais.

Quadro 22: Forma de Iluminação do Domicílio

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Elétrica (de rede, gerador, solar).	97,9	98,3	98,4	99,0	99,3
Óleo, querosene ou gás de botijão.	1,7	1,3	1,2	0,5	0,5
Outra forma	0,4	0,4	0,4	0,5	0,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Figura 12: Forma de Iluminação do Domicílio



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Observa-se no gráfico 12 que 99% dos domicílios já possuem energia elétrica de rede, gerador e ou solar. A iluminação pública é essencial à qualidade de vida, atuando na utilização do espaço público no período noturno, segurança pública, contribuindo na prevenção e redução da criminalidade, embelezando as áreas urbanas, destacando e valorizando prédios, monumentos e paisagens.

Os diversos benefícios que o uso da energia elétrica proporcionam, vai desde a conservação dos alimentos nas residências, o conforto com o uso do chuveiro, utilização de televisores, freezer, computadores, máquinas de lavar, aparelhos de uso domésticos, isto sem considerar que para o mundo empresarial ela é sem dúvida essencial, pois o sistema utilizado no mercado interno e externo são dependentes do uso da energia, uma vez que a energia natural ainda é pouco utilizado em escala industrial, sendo a energia elétrica a mais utilizada.

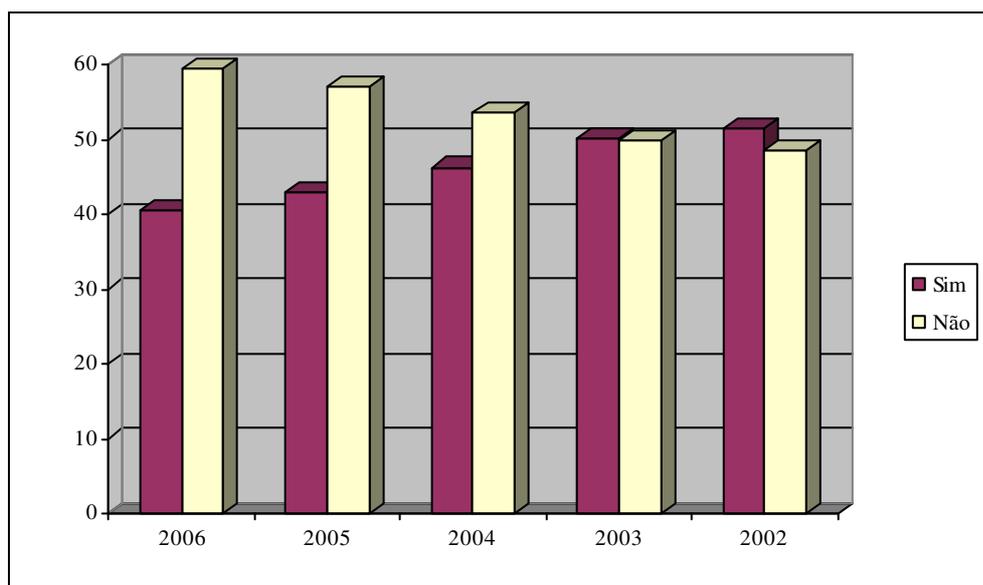
Deste a revolução industrial no início do século XVIII, os projetos desenvolvidos pela humanidade sempre tem levado em consideração o uso da energia, tendo em vista sua importância. Dentro deste conceito o Estado de Goiás está com um bom índice de utilização da energia elétrica, sendo que no ano de 2006, chegou-se a 99,3% de utilização da mesma nos domicílios goianos.

Quadro 23: Telefone Fixo

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Sim	51,5	50,1	46,3	42,9	40,5
Não	48,5	49,9	53,7	57,1	59,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Figura 13: Possui Telefone Fixo



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Conforme se observa no gráfico acima, há redução do número de telefones fixos nos domicílios. Isso ocorre porque as empresas de telefonia móvel oferecem

planos que funciona como telefones fixos, o que leva o consumidor a pensar em substituir a tradicional linha fixa por soluções que usam a rede móvel. Esse comportamento se explica em função de benefícios imediatos, oferecidos pelas operadoras, como preço do aparelho celular e isenções temporárias de tarifas.

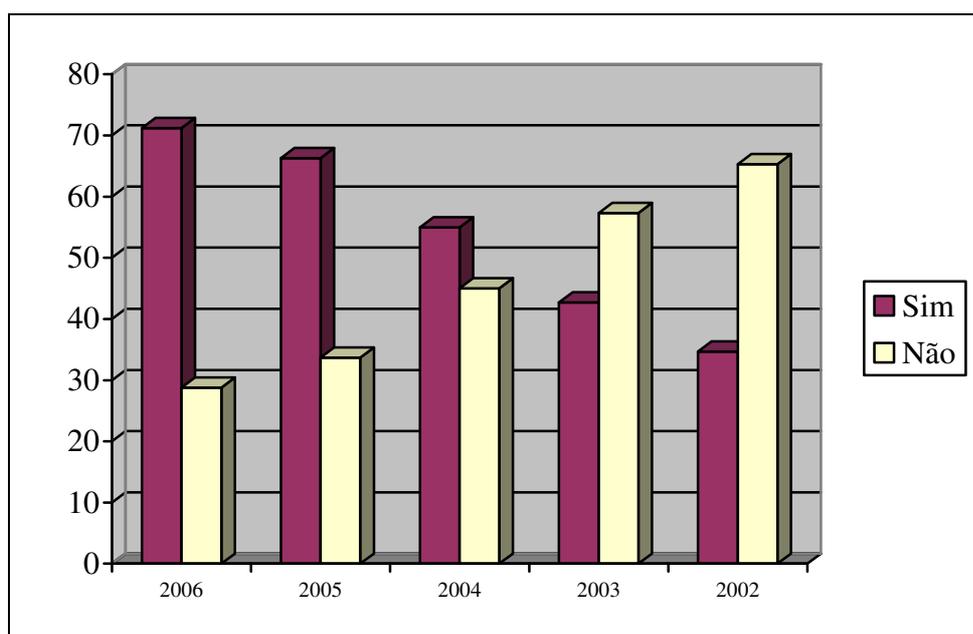
Logo abaixo se entende o porquê da redução da telefonia fixa no mercado, analisando o desempenho do mercado móvel:

Quadro 24: Telefone Móvel Celular

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Sim	34,7	42,7	55,0	98,9	99,1
Não	65,3	57,3	45,0	1,1	0,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Figura 14: Telefone Móvel Celular



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

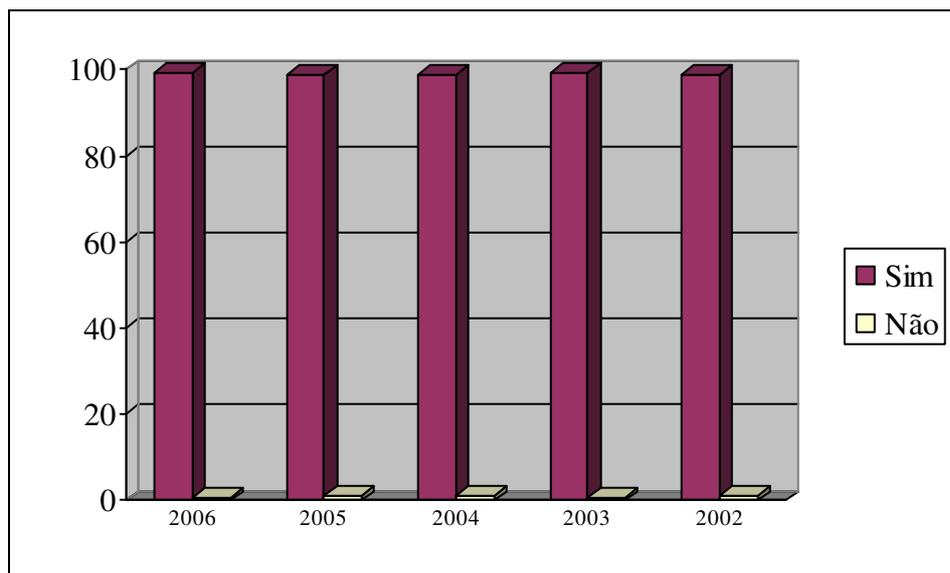
O gráfico acima demonstra o aumento significativo do uso em escala comercial do telefone móvel celular, como se observa no quadro da folha anterior o crescimento vertiginoso, comparando o exercício de 2002 a 2006, onde estes índices representaram 34,7% e 99,1%, respectivamente.

A seguir serão analisados os domicílios goianos que possuem fogão de duas ou mais bocas:

Quadro 25: Fogão de 2 ou mais bocas

DISCRIMINAÇÃO	2006 %	2005 %	2004 %	2003 %	2002 %
Sim	99,1	98,9	98,7	99,2	99,0
Não	0,9	1,1	1,3	0,7	1,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Figura 15: Possui Fogão de 2 ou mais Bocas

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

O fogão é um importante equipamento no mobiliário das residências, em função do conforto, comodidade, praticidade, contribuindo para a melhoria da Qualidade de vida nos domicílios. Hoje quase não existem residências sem esse utensílio doméstico. Como se observa nos dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, 99.1% no ano de 2006, já possui fogão de duas ou mais bocas. O fogão pode ser industrial, de lenha e a gás, sendo esse último o mais utilizado, inclusive em escala comercial. Poucas localidades no Brasil ainda não fazem uso desse importante componente domiciliar.

Quadro 26: Algum Tipo de Filtro de Água

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Sim	77,5	74,4	74,6	71,7	71,7
Não	22,5	25,6	25,4	28,3	28,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

O quadro acima apresenta a redução do uso do filtro de água no Estado de Goiás, se comparado os anos de 2002 a 2006, o percentual de domicílios que utilizam algum tipo de filtro são negativos ano a ano, conforme os índices apresentados acima, que são 77.5%, 74.4%, 74.6%, 71.7% e 71.7% respectivamente.

Quadro 27: Rádio

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Sim	83,4	83,7	85,2	83,7	84,7
Não	16,6	16,3	14,8	16,3	15,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006

O rádio pode ser considerado entre os meios de comunicação em massa o mais popular e o de maior alcance do público. No Brasil sua massificação ocorreu no século XX, sendo que a partir de 1950 ele se tornou o principal meio de comunicação, que culminou logo em seguida com a transmissão da copa do mundo de futebol. Em Goiás 84.7% dos domicílios em 2006 possuíam rádio, chama-se atenção para o quadro geral que apresenta certa estabilização, ou seja, não há crescimento significativo nas vendas, pois com uso da tecnologia há aparelhos modernos que conjugam em um mesmo produto diversas funções.

A seguir será avaliado o uso da televisão em cores nos domicílios do Estado de Goiás. Na pesquisa foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, referente aos anos de 2002 a 2006.

Quadro 28: Televisão em Cores

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Sim	84,6	86,7	87,7	90,1	92,1
Não	15,4	13,2	12,3	9,9	7,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Como importante meio de comunicação, a utilização da televisão é feita por todas as classes sociais, seja como canal aberto, onde tem um número restrito de emissoras ou por meio de canal fechado, nesse último o usuário compra o direito de

assistir diversos canais de acordo com contrato assinado com a empresa detentora destes direitos. Os dados apresentados no quadro acima, mostra que a maioria absoluta dos domicílios goianos possuem televisores a cores, com um crescimento positivo a cada ano, apresentando os seguintes percentuais nos exercícios de 2002 a 2006, 84.6%, 86.7%, 87.7%, 90.1% e 92.1% respectivamente.

Como se pode observar, já foram analisados diversos itens que compõem a estrutura domiciliar e validam suas características principais. A seguir serão apresentados os domicílios que possuem geladeiras de uma ou duas portas.

Quadro 29: Geladeira

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Sim, de 2 portas.	8,4	9,7	12,1	14,1	17,9
Sim, de 1 porta.	80,7	80,4	78,2	78,5	75,3
Não	10,9	9,9	9,7	7,4	6,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Em linhas gerais, e seguindo a ordem das variáveis do quadro 23, este grupo possui no exercício de 2006, 17,9% de domicílios que possuem geladeira de duas portas e 75,3% que possuem geladeira de uma porta. A pesquisa apresenta em linhas gerais que há predominância absoluta das geladeiras de uma porta nos domicílios goianos, isso reflete aspectos tais como: o alto custo dos refrigeradores de duas portas contrastando com o baixo poder aquisitivo. Este utensílio é de grande importância no dia a dia da dona de casa e do cidadão em geral, pois o mesmo contribui positivamente na conservação dos alimentos, frutas, verduras, água potável e com o aumento da temperatura nos últimos anos.

O Governo Federal através da Presidência da República incentivou os consumidores a adquirirem novos refrigeradores, uma vez que, são mais econômicos do que os antigos isto é, consomem menos energia, tanto é verdade, ao comprar um eletrodoméstico novo. O INMETRO determina que a indústria coloque uma etiqueta de forma bem legível, informando em que grupo (A, B, C, D, E) aquele bem está enquadrado, onde a letra A representa o menor consumo de energia já a letra E apresenta um consumo bem maior.

Por mais simples que seja o domicílio, é comum encontrar, uma geladeira, televisão, rádio dentre outros. Quanto à geladeira especificamente estes números

representam 93,2% de domicílios que possuem geladeira no ano de 2006, conforme dados do quadro da página anterior.

Quadro 30: Freezer

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Sim	14,6	14,8	13,6	13,6	15,1
Não	85,4	85,2	86,4	86,4	84,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Observa no quadro acima 84.9% dos domicílios goianos não possui freezer, apenas 15.1% os tem, no ano de 2006. Pois, o freezer ainda não é considerado um item de primeira necessidade, pela classe menos favorecida.

Pelo que se observa este eletrodoméstico não é um bem de primeira necessidade, conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Quadro 31: Máquina de Lavar Roupa

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Sim	16,6	16,9	17,4	19,2	23,7
Não	83,4	83,1	82,6	80,8	76,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Observando os dados do quadro acima, verifica-se que 23.7% dos domicílios goianos possuíam máquina de lavar roupas no ano de 2006. Chama-se atenção nos últimos anos o aumento do número de domicílios com esse tipo de equipamento.

Quadro 32: Microcomputador

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Sim	16,6	16,9	11,1	12,0	15,3
Não	83,4	83,1	88,9	88,0	84,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2006.

Em linhas gerais e seguindo a ordem das variáveis do quadro 32, este grupo possui 15.3% dos domicílios no ano de 2006, que tem microcomputador. Ressalta-se que este número vem crescendo a cada ano, como mostra o quadro acima, sendo essa uma tendência natural do mercado, nesse momento da história, pois com a globalização, houve uma redução das barreiras internacionais e os meios de comunicação ficaram mais eficientes, sendo o microcomputador considerado também com meio de divulgação em tempo real.

Hoje o computador é considerado importante e essencial para pessoas e firmas que queiram se garantir diante do crescente e acelerado mundo virtual. Sua utilização chega a ser entendida como sinônimo de moderno, um equipamento contemporâneo.

No contexto geral, nem sempre condiz com o ambiente de trabalho das micro e pequenas empresas. Elas ainda não estão totalmente preparadas para utilizar os recursos da informática, mantendo ainda seus controles de gestão por meio de inúmeros papéis de forma descontrolada, desprezando assim o auxílio da tecnologia, que em muito poderia melhorar o desempenho destes estabelecimentos por todo o Brasil. Segundo dados dos órgãos que atuam no meio empresarial 98% das empresas brasileiras são micro e pequenas. Com a proliferação desse equipamento e redução dos custos operacionais, na aquisição e implantação de um sistema, ainda percebe-se uma grande resistência por parte dos usuários, apesar das inúmeras vantagens apresentadas, dentre as quais destacam-se:

- maior controle interno das operações;
- aumento da eficiência nas tarefas rotineiras;
- melhora no atendimento aos clientes, com maior agilidade e eficácia;
- melhoria nas informações para a tomada de decisões, uma vez que aumenta a capacidade de identificar os problemas mais cedo, por meio de simulação e ou projeções de situações diferentes;
- mais eficiência no processo produtivo, com conseqüente aumento da produtividade e competitividade, etc.

Na vida pessoal tem aumentado cada dia o número de computadores nos domicílios, como demonstra os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar, no período de 2002 a 2006, dados que foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística – IBGE. Chama-se atenção que o quadro da página anterior trata apenas da presença do computador no domicílio, sendo que a seguir serão analisados dentre estes quais estão sendo utilizados para acessar a internet.

Quadro 33: Microcomputador é Utilizado Para Acessar a Internet

DISCRIMINAÇÃO	2002 %	2003 %	2004 %	2005 %	2006 %
Sim	66,9	71,5	69,8	64,3	66,1
Não	33,1	28,5	30,2	35,7	33,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Em 2006, dos 15.3% dos domicílios goianos que possuíam microcomputador, apenas 66.1% estão conectados na rede mundial (internet), ou seja, 33.9% ainda não estão ligados ao sistema de informação global. Isso é o que revela os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), referente ao ano de 2006, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Já é considerado o segundo meio de comunicação de massa do país e tem infiltrado em grande escala também no meio empresarial, agilizando o processo de decisão com muita eficiência e eficácia. A informática no ambiente organizacional tem sido apontada como uma variável estratégica com grande importância e essencial para empresas que queiram sobreviver no atual ambiente de alta competitividade. Apesar de nem sempre estar presente no ambiente de trabalho de pequenas e micro empresas, que no geral não utilizam os recursos da informática, mantendo ainda os seus controles de gestão por meio de inúmeros papéis e controles manuais.

Quadro 34: Composição da Estrutura Domiciliar de Goiás em 2002 E 2006

ITENS DA ESTRUTURA DOMICILIAR	Em 2002	Em 2006
Tipo de Domicílio	Casa - 93.2%	Casa - 94.4%
Material predominante nas paredes externas	Alvenaria - 98.6%	Alvenaria - 99,2%
Material predominante na cobertura (telhado)	Telha - 93.6%	Telha - 94.1%
Número de cômodos	Cinco - 23.7%	Cinco - 26.4%
Total de moradores	Dois - 18.9%	Quatro - 24.7%
Condição de ocupação do domicílio	Próprio - já pago 64.6%.	Próprio - já pago 64.9%.
Propriedade do terreno	97.0% - sim	98.4% - sim
Água canalizada em um dos cômodos	93.1% - sim	97.8% - sim
Banheiro ou sanitário no domicílio/propriedade	96.3% - sim	98.6% - sim
Destino do lixo domiciliar	82.3% coletados diretamente	84.3% coletados Diretamente
Forma de iluminação do domicílio	97.9% elétrica (de). Rede, gerador ou. (solar).	99.3% elétrica (de). Rede, gerador ou. (solar).
Telefone fixo	51,5% - sim	40,5% - sim
Telefone móvel (celular)	34.7% - sim	71.2% - sim
Fogão de 2 bocas ou mais	99.0 – sim	99.1 – sim
Algum tipo de filtro de água	77.5% - sim	71.7% - sim
Televisão em cores	84.6% - sim	92.1% - sim
Geladeira de uma porta	80.4% - sim	75.3% - sim
Freezer	85.4% - não	84.9% - não
Máquina de lavar roupa	83.4% - não	76.3% - não
Microcomputador no domicílio	83,4% - não	84.7% - não
Microcomputador com acesso a internet	66.9% - sim	66.1% - sim
Rendimento domiciliar	* mais de 1 2 até 1 salário mínimo.	Mais de 1 até 2 Salários mínimos.
Rádio	83.4% - sim	84.7% - sim

Fonte: Elaborado pelo autor

* dados do ano de 2004.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este trabalho teve como objetivo principal a caracterização da Estrutura Domiciliar no Estado de Goiás. Após uma ampla pesquisa bibliográfica, onde inicialmente buscou informações sobre o Estado de Goiás no início do século XX, que naquela época apresentava uma economia basicamente de subsistência, vivia quase isolado das outras Unidades da Federação.

Já no início de 1930, um fato despertou a possibilidade da transferência da antiga capital, Vila Boa, bandeira que foi empunhada por Pedro Ludovico Teixeira, com apoio do Governo Federal que buscou forças e realizou essa grande mudança.

A partir desta data Goiás conheceu um pool de desenvolvimento, a capital que fora projetada para cinqüenta mil habitantes, hoje encontra com mais de um milhão e duzentos mil habitantes.

Para identificar a estrutura domiciliar foram consultadas diversas fontes de pesquisas, sendo através da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD, informações que pertence ao banco dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico – IBGE, referente aos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

Apesar de ter sido feita uma análise mais ampla, foram considerado somente os itens em comum com o Critério de Classificação Econômica Brasil, que estão mencionados na metodologia do referido trabalho.

De acordo com o quadro 34, pode-se constatar que as desigualdades diminuíram substancialmente no período de análise. O perfil da vida dos goianos medida pela estrutura domiciliar subjacente da melhoria da estrutura dos domicílios advinda da melhoria do rendimento domiciliar no período analisado, passando de meio a mais de um e meio salários mínimos. Outro indicador que reflete o crescimento econômico do Estado é a queda na desigualdade domiciliar e a ascensão das classes D e E para a classe C, houve um aumento do poder aquisitivo das famílias, que puderam equipar melhor suas casas.

O número de domicílios com televisores em cores cresceu em cerca de 8,87%; quanto ao números de domicílios que possuem rádio apresentou uma variação positiva de apenas 1,56% em acompanhando uma inserção paulatina na sociedade da informação.

Comparando a estrutura domiciliar dos anos de 2002 e 2006, observa-se um aumento no rendimento domiciliar, que em 2002, era de meio até um salário mínimo,

para mais de um até dois salários; outro aspecto que apresenta uma pequena alteração positiva na composição da estrutura domiciliar é o número de domicílios com banheiros, na ordem de 2,39%, já ao item máquina de lavar roupa, apresentou um aumento substancial na de ordem de 42,77%,

O número de geladeiras apresentou um crescimento na ordem de 4,60% enquanto os aparelhos de freezers teve um aumento de 3,42%.

A variação apresentada em percentuais não apresenta a mesma leitura se comparado com o aumento em números de aparelhos.

Portanto o referido trabalho caracterizou a estrutura domiciliar do Estado de Goiás, bem como apresentou a variação percentual dos principais itens desta, em conformidade com o critério Brasil, e confirma-se a hipótese de que o crescimento da população urbana e o aumento da renda contribuíram para a melhoria da estrutura domiciliar no Estado de Goiás, no período de 2002 a 2006.

Os demais itens constantes no quadro 28 servem apenas como informação complementar ao leitor.

BIBLIOGRAFIA

ARENDRT, H. **O que é Política**. Editora, Úrsula Ludz; tradução Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAUDEL, F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII, da Academia Francesa**; tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970)**. Campinas-SP: Global Editora, 1985.

_____. **Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico Brasileiro pós-1930**. Anais ABEP, v. 2, Olinda, 1998.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

CASTRO, A & LESSA, C. *Introdução á Economia: Uma Abordagem Estruturalista*. Rio de Janeiro, FORENSE UNIVERSITÁRIA, 1974.

DINIZ, C.C. **Desenvolvimento Poligonal no Brasil**: Nem desconcentração nem continua polarização. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v. 3, n.1, 1993.

_____. **A Nova Configuração Urbano-Industrial no Brasil. Unidade e Fragmentação**: A Questão Regional do Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DINIZ, C.C.; CROCCO, M.A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. Nova Economia, v. 6 nº. 1, p. 77-103, jul. 1996.

ESTEVAM, L. **O Tempo da Transformação**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2004.

GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F.. **Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões**: O desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003.

IPEA/IBGE/NESUR (IE-UNICAMP). **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Volumes 1 e 2. Campinas: UNICAMP, 1999.

MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único**: Desmanchando consensos. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

MILHOMEM, ALZIRENE DE Vasconcelos. Trabalho Informal: Precarização do trabalho e exclusão social em Goiás e no Brasil. Ver. Anhanguera, v. 4, nº. 1, jan./dez. 2003. p. 139.

MOYSES, A. **Cidade, Segregação Urbana e Planejamento**. Goiânia: ed. UCG, 2005.

_____. Goiânia: metrópole não planejada. Goiânia: ed. UCG, 2004.

MUMFORD, L. **A Cidade na História**: Suas origens, transformações e perspectivas; tradução Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da Nação**. Campinas-SP: UNICAMP, 1998.

PALACIN, L. G.; MORAES, M. A. de S. **História de Goiás**. 6ª ed. Goiânia, 1994.

PIETRAFESA, J. P.; BORBA, O. de F.; SILVA, D. C. S.; PEREIRA, L. L. I.. **Do Contexto ao Texto**. Anápolis-GO: Uni Evangélica, 2006.

RIBEIRO, L. C. de Q. C. **Questão Urbana, desigualdades sociais e políticas públicas**: um avaliação do programa nacional de reforma urbana. Rio de Janeiro, IPPUR-UFRJ-FASE, 1994.

RAMOS, L.; FERREIRA, V. Geração de empregos e realocação espacial no mercado de trabalho brasileiro: 1992-2002. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

RICHARDSON, H. W. **Elementos de economia regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SABOIA, J. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa; um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. Nova Economia, v11, nº. 2, p. 85-121, dez. 2001

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: USP, 2005.

_____. **Por uma Economia Política da Cidade**: O caso de São Paulo. São Paulo: PUC, 1994.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; RENAUT, M., (org). **Novo-desenvolvimento**: Um projeto nacional de crescimento com equidade social. Barueri: Monole. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SOUZA, M. L. de. **O desafio Metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Mudar a Cidade**: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. www.ibge.gov.br Pnad – Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar.